

PUBLICADA NO DPL NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2015

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

(De acordo com o registrado no painel eletrônico, à hora regimental, para ensejar o início da sessão, comparecem os Senhores Deputados Amaro Neto, Cacau Lorenzoni, Doutor Hércules, Edson Magalhães, Enivaldo dos Anjos, Eliana Dadalto, Erick Musso, Euclério Sampaio, Freitas, Guerino Zanon, Luzia Toledo, Marcelo Santos, Marcos Bruno, Padre Honório, Raquel Lessa, Sergio Majeski e Theodorico Ferraço)

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(Assume a 1.^a Secretaria o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos e a 2.^a Secretaria o Senhor Deputado Cacau Lorenzoni)

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) – Convido o Senhor Deputado Cacau Lorenzoni a proceder à leitura de um versículo da Bíblia.

(O Senhor Deputado Cacau Lorenzoni lê Salmos, 88:01)

(Comparece o Senhor Deputado Hudson Leal)

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) – Convido o Senhor 2.^o Secretário a proceder à leitura da ata da segunda sessão ordinária, realizada em 09 de fevereiro de 2015. **(Pausa)**

(O Senhor 2.^o Secretário procede à leitura da ata)

(Comparecem os Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Sandro Locutor)

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) – Passo a presidência dos trabalhos ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos. **(Pausa)**

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Assumo a presidência dos trabalhos neste momento para dar continuidade ao rito da sessão.

Aprovada a ata como lida. **(Pausa)**

Convido o Senhor Deputado Padre Honório a assumir a 1.^a Secretaria e proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO lê:

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM N.º 25/2015

Vitória, 05 de fevereiro de 2015.

Senhor Presidente:

Encaminho ao exame dessa Casa de Leis o incluso Projeto de Lei Complementar que altera a organização básica do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/ES e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei Complementar anexo é resultado da decisão do Governo do Estado do Espírito Santo de reestruturar as Comissões Julgadoras de Defesa Prévia do DETRAN/ES, bem como as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações de Trânsito – JARI's, para conferir maior eficiência e agilidade ao julgamento de defesas decorrentes da aplicação de penalidades por parte da referida autarquia.

A reestruturação pretendida demanda alteração no texto da Lei Complementar de n.º 457, de 10 de outubro de 2008, na forma consignada no incluso Projeto de Lei.

Dessa forma, espero, Senhor Presidente, a acolhida necessária à proposta vertente.

Atenciosamente,

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 002/2015

Altera os artigos 5.º e 6.º da Lei Complementar n.º 457/2008.

Art. 1.º. O art. 5.º da Lei Complementar n.º 457, de 10 de outubro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º. Ficam criadas 05 (cinco) Comissões Julgadoras de Defesa Prévia no DETRAN/ES, em caráter permanente, em atendimento ao princípio do devido processo legal, com o objetivo de garantir o pleno exercício da ampla defesa e do contraditório aos autuados com base na legislação de trânsito em vigor.

§ 1.º. As Comissões Julgadoras de Defesa Prévia têm atribuição para a análise, o processamento e o julgamento de defesas de autuações interpostas em decorrência da aplicação das penalidades de multas lavradas por Agentes da Autoridade Executiva Estadual de Trânsito, no âmbito de competência do DETRAN/ES, na conformidade com a legislação de trânsito em vigor, bem como, para a análise, o processamento e o julgamento de defesas interpostas, em 1.ª (primeira) instância, em processos administrativos referentes às penalidades de suspensão do direito de dirigir, cassação da Carteira Nacional de Habilitação e frequência obrigatória em curso de reciclagem, nos termos da legislação de trânsito em vigor.

§ 2.º. As Comissões Julgadoras de Defesa Prévia, compostas, cada uma delas, por 1 (um) Presidente e 4 (quatro) membros, serão instituídas por ato do Diretor Geral do DETRAN/ES e terão o seu funcionamento regulado por meio de regimento interno.

§ 3.º. Aos Presidentes e Membros de cada Comissão Julgadora de Defesa Prévia do DETRAN/ES será atribuída, mensalmente, uma gratificação correspondente a 70 (setenta) Valores de Referência do Tesouro Estadual – VRTE's, por reunião de julgamento a que efetivamente participarem, até o limite mensal de 550 (quinhentos e cinquenta) VRTE's.

§ 4.º. Ao(À) Secretário(a) Geral das Comissões será atribuída, mensalmente, uma gratificação correspondente a 550 (quinhentos e cinquenta) VRTE's.

§ 5.º. Para atender às demandas sazonais de processos pendentes de julgamento, o Diretor Geral do DETRAN/ES poderá instituir, por ato próprio, até mais 02 (duas) Comissões Julgadoras de Defesa Prévia Provisórias, por prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias, vedada a prorrogação ou a criação de nova Comissão com o mesmo objetivo num intervalo inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 6.º. É vedado o pagamento de gratificação de presença para as reuniões não previstas no Regimento Interno das Comissões Julgadoras de Defesa Prévia do DETRAN/ES."

Art. 2.º. O art. 6.º da Lei Complementar n.º 457, de 10 de outubro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6.º Ficam criadas 05 (cinco) Juntas Administrativas de Recursos de Infrações de Trânsito - JARI, em caráter permanente, em atendimento ao princípio do devido processo legal, com o objetivo de garantir o pleno exercício da ampla defesa e do contraditório aos autuados com base na legislação de trânsito em vigor.

§ 1.º As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações de Trânsito - JARI têm as suas atribuições estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro - Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 e terão o seu funcionamento regulado por meio de regimento interno.

§ 2.º As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações de Trânsito - JARI serão instituídas por ato do Diretor Geral do DETRAN/ES e as suas respectivas composições obedecerão ao disposto no seu regimento interno.

§ 3.º Aos Presidentes, Membros e Secretários de cada Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Trânsito - JARI do DETRAN/ES, será atribuída, mensalmente, uma gratificação correspondente a 75 (setenta e cinco) Valores de Referenda do Tesouro Estadual - VRTE's por reunião de julgamento a que efetivamente participarem, ate o limite mensal de 600 (seiscentos) VRTE's.

§ 4.º Ao(À) Secretário(a) Geral das JARI será atribuída, mensalmente, uma gratificação correspondente a 600 (seiscentos) VRTE's.

§ 5.º Para atender às demandas sazonais de processos pendentes de julgamento, o Diretor Geral do DETRAN/ES poderá instituir, por ato próprio, até mais 02 (duas) Juntas Administrativas de Recursos de Infrações de Trânsito - JARI Provisórias, por prazo não superior a 120 (cento e Vinte) dias, vedada a prorrogação ou criação de nova Junta com o mesmo objetivo num intervalo inferior a 180 (cento e oitenta) dias."

Art. 3.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Ficam revogadas a Lei Complementar de n.º 506, de 01 de dezembro de 2009 e a Lei Ordinária de n.º 10.091, de 04 de outubro de 2013.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Publique-se. Após o cumprimento do art. 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Defesa da Cidadania, de Segurança e de Finanças. Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA DEPUTADA**

PROJETO DE LEI N.º 54/2015

Instituí no âmbito do Estado do Espírito Santo às Patrulhas Maria da Penha e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituída no âmbito do Estado do Espírito Santo às Patrulhas Maria da Penha que deverão atuar no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.

Parágrafo único. As patrulhas deverão ser compostas por policiais militares do sexo masculino e do sexo feminino.

Art. 2º – O patrulhamento deverá acontecer diariamente, em locais determinados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, para garantir o cumprimento das medidas protetivas estabelecidas pela Lei Maria da Penha, concedidas pela justiça às mulheres vítimas de violência doméstica e em áreas com altos índices de violência contra as mulheres.

Art. 3º - Poderá ser criado um numero de telefone exclusivo, com ligações gratuitas, para atender ocorrências de violência doméstica contra as mulheres e acionamento da Patrulha Maria da Penha.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de fevereiro de 2015.

JANETE DE SÁ
Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

O objetivo do presente projeto de lei é implantar no âmbito do Estado do Espírito Santo a Patrulha Maria da Penha, projeto que já vem sendo desenvolvido com sucesso nos Estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul onde inclusive no ano de 2014 houve redução de 13% nos crimes de lesão corporal, agressão, estupro e feminicídios (assassinatos de mulheres) e tem como principal objetivo o enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, auxiliando o cumprimento do que determina a Lei Maria da Penha, proporcionando às mulheres vítimas de violência um atendimento rápido, eficaz e humanizado por parte da polícia militar no atendimento da ocorrência policial.

O enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres, no Espírito Santo e em todo o País, necessita de reforço, principalmente se levarmos em consideração que vergonhosamente nosso Estado lidera o ranking nacional de violência contra as mulheres. É diante desta constatação e da necessidade de se ampliar as medidas protetivas destas mulheres, que esta parlamentar apresenta o presente Projeto “Patrulha Maria da Penha” para apreciação dos meus pares nesta Casa de Leis.

A atuação da Patrulha Maria da Penha, deverá ocorrer em territórios previamente determinados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, constatadas pelas estatísticas dos locais onde exista o maior número de ocorrência contra mulheres vítimas de violência e deverá contar obrigatoriamente com a presença de policiais militares do sexo masculino e feminino e deverá realizar diariamente o patrulhamento nestes locais, com o objetivo de garantir o cumprimento das medidas protetivas estabelecidas pela Lei Maria da Penha, concedidas pela justiça às mulheres vítimas de violência familiar e doméstica.

Caberá ainda ao Governo do Estado se entender necessário, implantar um número de telefone com discagem gratuita, para que as mulheres agredidas possam acionar a Patrulha da Mulher em tempo real e ter a resposta imediata, diminuindo assim o risco de agravamento de uma violência que esteja sendo sofrida pela mesma. A ideia desse projeto é mudar o comportamento, o pensamento e mostrar que ações efetivas no combate a esse tipo de violência podem e devem ser implementadas. Essas medidas e ações por parte de todos os poderes públicos e de toda a sociedade são necessárias para eliminar de uma vez por todas a violência contra as mulheres e acabar com a impunidade.

Diante do exposto, entendemos que essa seja uma medida de grande relevância social, por isso, peço o apoio aos meus ilustres pares, para aprovação do projeto de lei em tela.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Devolva-se à autora com base no art. 143, inciso VIII do Regimento Interno, por infringência ao art. 63, parágrafo único, incisos III e VI da Constituição Estadual.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REQUERIMENTO N.º 36/2015

Senhor Presidente:

Os deputados infra-assinados, com fulcro no artigo 48 do Regimento Interno, vêm à presença de Vossa Excelência para requerer a **criação da Comissão Especial de Petróleo, Gás e Energia**, para, entre outras prerrogativas, debater e propor sugestões sobre a exploração de petróleo e gás, bem como a utilização de energia no Estado do Espírito Santo, composta por 05 (cinco) membros, no prazo dentro da 18ª Legislatura.

Sala das Sessões, 09 de fevereiro de 2015.

MARCELO SANTOS

**ENIVALDO DOS ANJOS
BRUNO LAMAS
DA VITÓRIA
SANDRO LOCUTOR
GILSINHO LOPES
PASTOR MARCOS MANSUR
MARCOS BRUNO
AMARO NETO
FREITAS
EDSON MAGALHÃES**

JUSTIFICATIVA

COMISSÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA

O Estado do Espírito Santo tem apresentado ao longo das últimas décadas um crescimento acima da média nacional nos mais diversos índices, sejam econômicos ou sociais. Dois exemplos são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) per capita e o PIB.

Parte deste crescimento é gerando por meio do desempenho das commodities como minério de ferro, aço, celulose e recentemente: petróleo e gás.

Contudo, desenvolvimentos econômicos e sociais ainda não se encontraram, onde o primeiro está sempre a frente, o que culmina num desequilíbrio perceptível a todos nós.

Os setores de Petróleo e Gás são parte essencial do futuro do Espírito Santo, uma vez que o Estado é o segundo maior produtor do País. A sólida perspectiva de aumento de produção, a instalação de um estaleiro, de bases de prestação de serviços, portos e incomparáveis investimentos previstos tornam o segmento ainda mais relevante para a economia capixaba. Porém, ao levantarmos este debate vimos que não existe desenvolvimento sem energia.

Outro tema de destaque é a eletricidade, que se tornou a principal fonte de luz, calor e força utilizada no mundo moderno. Exemplos recentes são os agravos que a região Sudeste do País tem enfrentado devido à escassez da água.

Prova disso é que um dos principais meios de energia utilizado no Estado é de origem hídrica, com a dependência que os rios apresentem níveis adequados em seus reservatórios para geração de energia.

Assim como ocorrido entre os anos 2001 e 2002, a falta de chuvas, de investimentos e o aumento do consumo resultaram em racionamento de energia elétrica. E nos dias de hoje o cenário não é diferente. Com os reservatórios com níveis abaixo do extremo, a sociedade ligou o alerta e levanta o discurso que é preciso economizar os recursos naturais; diminuir a produção de resíduos e ampliar a nossa sobrevivência mais sustentável.

Assim, é fundamental importância à criação da Comissão Especial de Petróleo, Gás e Energia, para entre dezenas de prerrogativas, continuar lutando, entre outros, nos seguintes sentidos.

- Debater junto ao Estado e municípios produtores de petróleo e gás, melhor aplicabilidade dos recursos dos royalties do petróleo, bem como, os impactos ambientais gerados pelas exploradoras de Petróleo, Gás e Energia;
- Promover junto aos órgãos competentes ações que visem coibir a adulteração dos combustíveis nos postos de revenda, bem como combater a formação de cartéis e outros crimes que lesem o contribuinte;
- Discutir medidas que visem melhorias para o setor sucroalcooleiro, como incentivos fiscais com a finalidade de ampliação da produção de energia limpa e geração de emprego e renda;
- Fiscalização da prestação de serviços das concessionárias de energia elétrica ao consumidor, bem como ao Poder Público;
- Fiscalização da incidência tributária dos serviços prestados pelas empresas exploradoras de petróleo e gás no território capixaba;
- Discutir junto a Petrobras as Compensações Socioeconômicas e ambientais no Espírito Santo;
- Discutir junto ao Estado, Municípios e sociedade civil organizada, sobre conscientização do uso e meios alternativos de energia.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão o Requerimento n.º 036/2015, que acaba de ser lido. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA DEPUTADA**

INDICAÇÃO N.º 17/2015

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual LUZIA TOLEDO, no uso de suas atribuições regimentais contidas nos Artigos 141 e 174, aprovada pela Resolução no 2.700, de 15.07.2009, requer que seja encaminhada ao Exmo. Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Paulo Cesar Hartung Gomes, a seguinte

INDICAÇÃO

A Deputada signatária vem, respeitosamente, reiterar a V.Exa. que o Governo do Estado determine à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, a assinatura de um Convênio com a Prefeitura Municipal de Ecoporanga, objetivando a implantação de Telefonia Móvel e Internet 3G no distrito de Juassuba .

Senhor Governador:

A indicação que ora apresentamos é um apelo do Vereador Louzerino Louzada de Andrade de todos os moradores, produtores rurais, comerciantes, estudantes e os produtores de leite do distrito de Juassuba, localizado no município de Ecoporanga.

O serviço é necessário e de fundamental importância para ao homem do campo, para melhora o desenvolvimento da comunidade rural acima citada, incentivando a venda de seus produtos e vai incentivar a geração de novas oportunidades de renda para as famílias que ali residem e trabalham.

Hoje um dos fatores que mais trava o desenvolvimento do homem do campo é a falta de telefonia móvel e Internet 3G no meio rural. Uma significativa fatia da população ainda não tem acesso à telefonia móvel. No futuro o acesso aos meios avançados de comunicação e seus diferentes suportes tecnológicos, serão ainda mais relevantes.

Para o distrito de Juassuba o acesso à telefonia móvel e internet 3G vai melhorar muito as transações comerciais, sendo uma necessidade primordial para a obtenção da autonomia da população. Outro fator importante é a relevância da comunicação para os momentos de emergência, como no salvamento de vidas e a comunicação com as autoridades no Estado.

Pelo exposto, vem à presença de Vossa Excelência solicitar apoio no sentido de atender a reivindicação contida nesta Indicação, que é uma solicitação do Vereador do Município de Ecoporanga Louzerino Louzada de Andrade e da comunidade do distrito de Juassuba.

Palácio Domingos Martins, 05 de janeiro de 2015.

**LUZIA TOLEDO
Deputada Estadual - PMDB**

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão a Indicação n.º 017/2015, que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.
 Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 GABINETE DO DEPUTADO**

INDICAÇÃO N.º 18/2015

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Pr. Marcos Mansur, eleito pela legenda partidária do PSDB, com assento nesta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, vem encaminhar através da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, **INDICAÇÃO** ao Excelentíssimo Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. Paulo Hartung, que seja feito o **Asfaltamento da Estrada de Cabral, que liga a localidade de Garrafão, no município de Itapemirim, a São Paulinho, no município de presidente Kennedy**, através do Projeto Caminhos do Campo.

Vitória, 06 de janeiro de 2015.

**PASTOR MARCOS MANSUR
 Deputado Estadual - PSDB**

JUSTIFICATIVA

O asfalto ligará os municípios de Itapemirim e Presidente Kennedy e a comunidade rural de Cabral, somando uma extensão de aproximadamente 8 km.

O asfaltamento desta estrada beneficiará as famílias de produtores rurais, facilitando a escoação da produção leiteira e de outros produtos produzidos na comunidade e facilitará a vida dos turistas que poderão evitar o perigo e desgaste de BR-101.

Essa rota alternativa possibilitará uma nova opção aos veículos de trafegarem com segurança indo direto para o litoral de Itapemirim, Marataízes, Piúma e outros, tornando-se a mesma mais um trecho de turismo também.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão a Indicação n.º 018/2015, que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 GABINETE DO DEPUTADO**

INDICAÇÃO N.º 19/2015

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Pr. Marcos Mansur, eleito pela legenda partidária do PSDB, com assento nesta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, vem encaminhar através da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, **INDICAÇÃO** ao Excelentíssimo Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. Paulo Hartung, que seja feito o **Asfaltamento da Estrada que liga a ES-490, na Ponte de Rio Muqui, a localidade de Pedra, no município de Itapemirim**, através do Projeto Caminhos do Campo.

Vitória, 06 de janeiro de 2015.

PASTOR MARCOS MANSUR
Deputado Estadual - PSDB

JUSTIFICATIVA

O asfalto ligará a ES-490 (Rod. Cachoeiro x Marataízes) à comunidade rural de Pedra, somando uma extensão de 1 km.

O asfaltamento desta estrada beneficiará diretamente a 600 moradores e às famílias de produtores rurais, facilitando a escoação da produção leiteira, cana de açúcar e de outros produtos produzidos na comunidade.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão a Indicação n.º 019/2015, que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO
INDICAÇÃO N.º 20/2015

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Pr. Marcos Mansur, eleito pela legenda partidária do PSDB, com assento nesta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, vem encaminhar através da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, **INDICAÇÃO** ao Excelentíssimo Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. Paulo Hartung, que seja feito o **Asfaltamento da Estrada da Fábrica de Cimento Nassau que liga o bairro Village da Luz ao trevo de Monte Líbano, no município de Cachoeiro de Itapemirim**, através do Projeto Caminhos do Campo.

Vitória, 06 de janeiro de 2015.

PASTOR MARCOS MANSUR
Deputado Estadual – PSDB

JUSTIFICATIVA

O asfalto ligará a sede do Município de Cachoeiro de Itapemirim, à comunidade rural de Monte Líbano, como também será uma nova opção para desafogar a Av. Jones dos Santos Neves e a Rodovia do Valão, principais saídas para os municípios de Castelo, Jerônimo Monteiro, Muqui, Alegre, Guaçuí e Venda nova do Imigrante.

O asfaltamento desta estrada beneficiará diretamente as comunidades de Bonsucesso, Monte Líbano, Morro Grande e Bom Jardim.

(Comparece o Senhor Deputado Almir Vieira)

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão a Indicação n.º 020/2015, que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

INDICAÇÃO N.º 21/2015

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Pr. Marcos Mansur, eleito pela legenda partidária do PSDB, com assento nesta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, vem encaminhar através da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, **INDICAÇÃO** ao Excelentíssimo Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. Paulo Hartung, que seja feito o **Asfaltamento da Estrada de Bom Jardim, que liga a Fábrica de Cimento Nassau ao Distrito de Gironda, no município de Cachoeiro de Itapemirim**, através do Projeto Caminhos do Campo.

Vitória, 06 de janeiro de 2015.

**PASTOR MARCOS MANSUR
Deputado Estadual - PSDB**

JUSTIFICATIVA

A pavimentação desta estrada que liga o asfalto da Fábrica de Cimento ao Distrito de Gironda, no município de Cachoeiro de Itapemirim, trará maior comodidade à comunidade rural de Bom Jardim, como também será uma nova opção para desafogar as Estradas de Gironda e Itaóca, principais vias de saídas de caminhões carregados com blocos de mármore e granitos.

O asfaltamento desta estrada beneficiará diretamente aos moradores e produtores das comunidades da região, melhorando o escoamento da produção.

Devido ao mau estado da estrada atual, com muitos buracos, poeiras e desníveis, algumas vezes os moradores têm ficado sem o ônibus coletivo que atende as comunidades que vivem à margem desta estrada.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão a Indicação n.º 021/2015, que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

INDICAÇÃO N.º 22/2015

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Pr. Marcos Mansur, eleito pela legenda partidária do PSDB, com assento nesta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, vem encaminhar através da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, **INDICAÇÃO** ao Excelentíssimo Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. Paulo Hartung, que seja feito o **Asfaltamento da Estrada de São Salvador, a Graúna, via Brejo Grande do Sul, que liga o município de Itapemirim, ao Município de Presidente Kennedy**, através do Projeto Caminhos do Campo.

Vitória, 06 de janeiro de 2015.

**PASTOR MARCOS MANSUR
Deputado Estadual - PSDB**

JUSTIFICATIVA

A pavimentação desta estrada que liga a localidade de Campo Acima-Brejo Grande do Sul, em Itapemirim, à comunidade de São Salvador, em Presidente Kennedy trará maior comodidade à várias comunidades rurais que estão à margem da mesma.

O asfaltamento desta estrada beneficiará diretamente aos moradores e produtores das comunidades da região, melhorando o escoamento da produção de cana-de-açúcar, abacaxi, mandioca, leite e outros.

A pavimentação desta estrada atenderá às necessidades das comunidades que vivem à margem da mesma e há muito tempo espera pelo asfaltamento desta via.

Este asfalto ligará a ES-490 a ES-162 atendendo a grande parte produtora rural dos municípios de Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão a Indicação n.º 022/2015, que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

INDICAÇÃO N.º 23/2015

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Pr. Marcos Mansur, eleito pela legenda partidária do PSDB, com assento nesta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, vem encaminhar através da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, **INDICAÇÃO** ao Excelentíssimo Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. Paulo Hartung, que seja feita a **Instalação de uma Torre de Telefonia Móvel/Vivo, na ES-490, próximo ao Posto da Polícia Estadual de Itapemirim, na Usina Paineiras**, através do Programa Comunicação no Campo.

Vitória, 06 de janeiro de 2015.

**PASTOR MARCOS MANSUR
Deputado Estadual - PSDB**

JUSTIFICATIVA

A instalação desta torre trará enormes benefícios aos turistas e motoristas que transitam pela ES-490, aos policiais do Posto da Polícia Estadual de Paineiras que trabalham sem poder usar o recurso do telefone celular e às várias comunidades rurais da região.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão a Indicação n.º 023/2015, que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

INDICAÇÃO N.º 24/2015**Senhor Presidente:**

O Deputado Estadual Pr. Marcos Mansur, eleito pela legenda partidária do PSDB, com assento nesta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, vem encaminhar através da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, **INDICAÇÃO** ao Excelentíssimo Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. Paulo Hartung, que seja feita a **Instalação de uma Torre de Telefonia Móvel/Vivo, na ES-482, na Comunidade de Córrego São Bento, no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, próximo a Pedra do Itabira**, através do Programa Comunicação no Campo.

Vitória, 06 de janeiro de 2015.

PASTOR MARCOS MANSUR
Deputado Estadual - PSDB

JUSTIFICATIVA

A instalação desta torre trará enormes benefícios aos turistas que diariamente visitam o Pico do Itabira, motoristas que transitam pela ES-482, aos moradores e estudantes que ficam sem poder usar o recurso do telefone celular em suas necessidades diárias.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão a Indicação n.º 024/2015, que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO

INDICAÇÃO N.º 25/2015**Senhor Presidente:**

O Deputado Estadual Pr. Marcos Mansur, eleito pela legenda partidária do PSDB, com assento nesta Casa de Leis, no uso de suas atribuições regimentais, vem encaminhar através da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, **INDICAÇÃO** ao Excelentíssimo Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. Paulo Hartung, que seja feito o **Asfaltamento da Estrada do Retiro, que liga a Rod. Cachoeiro X Safra, a localidade de Retiro, no município de Cachoeiro de Itapemirim**, através do Projeto Caminhos do Campo.

Vitória, 06 de janeiro de 2015.

PASTOR MARCOS MANSUR
Deputado Estadual - PSDB

JUSTIFICATIVA

A pavimentação desta estrada que liga a Rod. Cachoeiro X Safra a comunidade de Retiro, no município de Cachoeiro de Itapemirim, é uma antiga reivindicação dos moradores da mesma e trará maior comodidade à comunidade, aos motoristas de veículos e caminhões carregados com blocos de mármore e granitos que transitam diariamente pela mesma.

O asfaltamento desta estrada beneficiará diretamente aos moradores e produtores das comunidades da região, melhorando o escoamento da produção.

Devido ao mau estado da estrada atual, com muitos buracos, poeiras, lamas e desníveis, algumas vezes os moradores têm ficado sitiado sem poder sair de suas residências. Esta é a única estrada de entrada e saída da comunidade.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão a Indicação n.º 025/2015, que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA DEPUTADA**

INDICAÇÃO N.º 26/2015

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual LUZIA TOLEDO, no uso de suas atribuições regimentais contidas nos Artigos 141 e 174, aprovada pela Resolução n.º 2.700, de 15.07.2009, requer que seja encaminhada ao Exmo. Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Paulo Cesar Hartung Gomes, a seguinte INDICAÇÃO:

A Deputada signatária vem, respeitosamente, reiterar a V.Exa. que o Governo do Estado determine à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura, assinatura de um Convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Teresa, para a implantação de Telefonia Móvel e Internet 3G no distrito de Aparecidinha e Patrimônio de Santo Antônio.

Senhor Governador:

A indicação que ora apresentamos é um apelo dos cinco mil moradores e produtores rurais das comunidades de Aparecidinha e Patrimônio de Santo Antônio, localizados no município de Santa Teresa.

O serviço é necessário e de fundamental importância para ao homem do campo, melhorando o desenvolvimento às comunidades rurais acima citadas, incentivando a venda de seus produtos e vai incentivar a geração de novas oportunidades de rendas para as famílias que ali residem e trabalham.

Hoje um dos fatores que mais atravancam o desenvolvimento do homem do campo é a falta de telefonia móvel e internet 3G no meio rural. Uma significativa fatia da população ainda não tem acesso à telefonia móvel. No futuro o acesso aos meios avançados de comunicação e seus diferentes suportes tecnológicos, será inda mais relevante.

Pelo exposto, vem à presença de Vossa Excelência solicitar apoio no sentido de atender a reivindicação contida nesta Indicação, é um pedido das 5.000 famílias residentes naquela região, dos produtores rurais e do Vereador Wannir Siqueira Filho (Kiko).

Palácio Domingos Martins, 08 de janeiro de 2015.

**LUZIA TOLEDO
Deputada Estadual - PMDB**

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão a Indicação n.º 026/2015, que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA DEPUTADA**

INDICAÇÃO N.º 27/2015

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual LUZIA TOLEDO, no uso de suas atribuições regimentais contidas nos Artigos 141 e 174, aprovada pela Resolução nº 2.700, de 15.07.2009, requer que seja encaminhada ao Exmo. Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Paulo Cesar Hartung Gomes, a seguinte INDICAÇÃO:

A Deputada signatária vem, respeitosamente, indicar a V.Exa. que o Governo do Estado determine a Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, a compra de um secador de café e um tanque de expansão (resfriador de leite), e que promova um convênio de Termo de Cessão de Uso com a Comunidade do Banco da Terra da Estrela, localizada no Distrito de Alto Calçado (São Benedito), município de São José do Calçado.

Senhor Governador:

A secagem é uma das etapas no processamento do café que mais influencia nos parâmetros de qualidade da bebida. Sendo assim, a preservação dos grãos nessa etapa influencia diretamente na valorização do produto final.

A secagem quando realizada de maneira incorreta pode afetar a qualidade dos grãos, por meio de modificações físicas, químicas e sensoriais indesejáveis.

As principais fontes de trabalho e renda na Comunidade do Banco da Terra da Estrela, distrito de Alto Calçado (São Bento), que mais gera emprego e renda, é a cafeicultura, produção de leite e a produção de hortaliças.

Com relação a solicitação do tanque de expansão, (resfriador de leite), temos a informar que o aumento da *conservação do leite*, resultante do seu *resfriamento*, traz vantagens, como a redução de custos, sabor mais agradável, redução da quantidade de leite desclassificado por acidez e maior flexibilidade de processamento de derivados de melhor qualidade. Possibilita, também, a coleta em dias alternados.

Uma das grandes vantagens desse sistema é a redução do tempo de permanência do leite a temperatura ambiente, além de redução de tempo e do custo do transporte que, em última análise, resulta em aumento do volume da coleta e da qualidade do leite recebido nas usinas de beneficiamento.

Este sistema reduz também a ociosidade do resfriador, por contar com mais número de fornecedores. Além disso, é mais fácil aumentar a produção de pequenos produtores, do que dos grandes.

O resfriamento do leite é de grande importância para a manutenção de suas características físico-químicas, microbiológicas e sensoriais, mas não substitui uma higienização adequada. O leite deve ser resfriado, o mais rápido possível, a temperatura inferior a 8°C, quando faz-se a sua coleta todos os dias, afim de evitar a multiplicação de microrganismos da fermentação láctica que crescem rapidamente acima de 15°C e à 2-3°C, para a coleta em dias alternados, visando reduzir multiplicação dos microrganismos psicotrópicos, presentes, em maiores números, no leite obtido e manuseado inadequadamente.

Na região são mais de 250 produtores rurais que serão beneficiados com o secador de café e com o tanque de expansão (resfriador de leite).

A agricultura Rural tem grande importância na redução do êxodo rural e no potencial de criar condições e oportunidades de trabalho e sobrevivência no campo. Esta estrutura produtiva contribui para o desenvolvimento de municípios de pequeno e médio porte em todas as regiões do Estado.

Atualmente a agricultura rural vem sendo o centro das atenções por ser um meio alternativo de desenvolvimento para a zona rural, a qual tem capacidade de diminuir a miséria, as desigualdades sociais e econômicas e o mau uso dos recursos naturais disponíveis, bem como, torná-la mais resistente aos grandes mercados e mais eficiente quanto a sua produtividade.

A presente indicação é uma reivindicação do Vereador do município de São José do Calçado Benedito Borges de Souza (Dito) e dos produtores rurais da Comunidade de Banco da Terra da Estrela, município de São José do Calçado.

Palácio Domingos Martins, 08 de janeiro de 2015.

**LUZIA TOLEDO
Deputada Estadual - PMDB**

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão a Indicação n.º 027/2015, que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Passo a presidência dos trabalhos ao Senhor Deputado Theodorico Ferraço e peço a palavra para discutir a Indicação. **(Pausa)**

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Assumo a presidência dos trabalhos neste momento e concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, repercutindo desta tribuna o que aconteceu na tarde de ontem com relação à CPI do Pó Preto, e lendo hoje os jornais do Estado, percebemos que a empresa assassina apenas se limitou a uma notinha dizendo que não vai responder. Essa é a consideração de quem tem a certeza da impunidade, de que não dará satisfação a ninguém, e que até deve ter se reunido ontem e tomado uísque para comemorar mais uma CPI, porque acham que não dará em nada, que dará em pizza.

Por isso que nós, que já passamos por esta Casa em outras oportunidades, fizemos CPI, detectamos tudo o que é possível se detectar de uma empresa poluidora, e não encontramos respaldo para as punições. Ao Poder Legislativo compete averiguar, apurar, juntar provas, mas, infelizmente, não tem poder de polícia, de punição. Tem poder de polícia para inquirir, para convocar, mas não tem poder de decidir punição. Resta ao Poder Legislativo encaminhar ao Ministério Público para que tome as providências.

Mas é risível no Espírito Santo pensar que alguma dessas empresas sonegadoras e poluidoras receberão punição. O máximo, quando a coisa aperta muito e o povo vai para as ruas, é fazer um TAQ, que é aquele negócio chamado *vamos enrolar mais um pouco*. Faz-se um TAQ com o Ministério Público, com os diretores. Esse último assinado entre a empresa poluidora, assassina, e o Ministério público, quem ditou as regras foi a empresa. Ela disse o que faria e o que não faria, e nem o que falou que faria não fez, mostrando o desprezo que tem pelo Estado do Espírito Santo e pela população.

Então, resta-nos torcer para que apareça um membro do Ministério Público com coragem, lisura e determinação para assumir essa bandeira. Porque quem pode propor ação e, inclusive, pedir a prisão desses poluidores é o Ministério Público. Se tivéssemos esse poder, faríamos, como encaminharemos a essa Mesa um pedido de prisão para eles. Sei que não temos esse Poder, mas para registrar o que consideramos que é providência.

Não se pode tratar com uma empresa que fica rindo, abusando da população, matando as pessoas, criando ainda um custo enorme para o Estado do Espírito Santo com as despesas geradas pelas doenças que causa na população capixaba. **(Muito bem!)**

(Comparecem os Deputados Doutor Rafael Favatto, Gilsinho Lopes, Janete de Sá, Nunes e Pastor Marcos Mansur)

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) – Continua em discussão a Indicação n.º 27/2015. **(Pausa)**

Não havendo mais oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação a Indicação n.º 27/2015.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) – Em votação a Indicação n.º 27/2015.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – Senhor Presidente, pela ordem! Pedi a palavra para encaminhar a votação em nome do PSD.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) – Mas é sobre o assunto? Tem que ser sobre o assunto.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – Senhor Presidente Theodorico Ferraço, peço a palavra para justificação de voto, quero tempo. Dei muito duro para chegar a esta Casa, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado

Enivaldo dos Anjos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, lógico que S. Ex.^a está entre aqueles políticos modernos de Cachoeiro de Itapemirim, então, com certeza, permitirá que usemos o tempo em defesa de um problema gravíssimo que o Espírito Santo está experimentando, por isso convocamos esta Casa para reagir.

Quando fazemos uma CPI e uma empresa dá a si o luxo de menosprezar a atitude do Poder Legislativo, é necessário não só que os membros da CPI tomem providências, como também esta Casa, como Parlamento, como Poder, deve tomar medidas drásticas.

E a Presidência deve determinar a sua assessoria que faça estudos para que a Procuradoria da Casa, que é cheia de procuradores, faça uma ação para conter esse abuso. Acho que devemos *chover* de ações em cima dessa empresa para estar à altura de representar a população do Estado do Espírito Santo. Essa poluição mata os eleitores do PT, do PDT e, mata, principalmente, os do PSDB. Essa poluição mata todos, não escolhe pessoas porque atinge indiscriminadamente todos os lares e ambientes do Estado do Espírito Santo.

Com certeza me empolguei muito hoje, pensando que teria um aparte do Senhor Deputado Euclério Sampaio, porque quando estava fora da Assembleia Legislativa admirava a força e a determinação de S. Ex.^a no combate a essa situação de poluição, de malversação da saúde do Espírito Santo.

Concedo um aparte e digo a V. Ex.^a que estava ao seu lado, em oração, em apoio, quando se indignava nesta Casa com essa poluição tão crescente no Estado do Espírito Santo.

O Sr. Euclério Sampaio – (PDT) – Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, agradeço o carinho de V. Ex.^a. Estou quieto ouvindo...

O SR. PRESIDENTE - (THEODORICO FERRAÇO - DEM) - Senhor Deputado, um minutinho, por gentileza, não há aparte nesta hora.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) - Não? Mas sou o primeiro orador.

O SR. PRESIDENTE - (THEODORICO FERRAÇO - DEM) - Espere para falar, se não, não colocamos ordem regimental e depois ficará difícil conduzir os trabalhos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – E a Assembleia Legislativa tem que cuidar de regras porque na companhia poluidora não há regra, a regra deles é poluir. O Espírito Santo e o Brasil vivem preocupados com muitas regras, que na verdade significam querer diminuir o seu poder de reclamação em favor daqueles que podem ultrajar e descumprir a lei e não têm regra nenhuma. Qual a regra que existe para se instalar o combate à poluição na Grande Vitória? Regra nenhuma! Tem gente que defende essas companhias. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE - (THEODORICO FERRAÇO - DEM) - Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Ato n.º 0274/2015:

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições regimentais, resolve distribuir as vagas partidárias para a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução n.º 3.931, de 09 de fevereiro de 2015, para, no prazo de 90 (noventa) dias, investigar as denúncias de poluição atmosférica,

Ocasão em que o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos terá muito tempo para falar sobre o pó preto.

suas causas e efeitos, com ênfase para os danos causados à saúde da população e ao patrimônio público e privado, deste Estado do Espírito Santo, por meio de partículas emanadas de indústrias, veículos e outras fontes, conhecida como “Pó Preto”, composta de 05 (cinco) membros, da seguinte forma:

PARTIDO	VAGAS
AUTOR	01
BLOCO PARLAMENTAR	04

Palácio Domingos Martins, em 10 de fevereiro de 2015.

Assinam o Presidente e os Senhores Deputados Enivaldo dos Anjos e Cacau Lorenzoni.

Aguardamos, então, as indicações.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA DEPUTADA**

INDICAÇÃO N.º 28/2015

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual LUZIA TOLEDO, no uso de suas atribuições regimentais contidas nos Artigos 141 e 174, aprovada pela Resolução nº 2.700, de 15.07.2009, requer que seja encaminhada ao Exmo. Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Paulo Cesar Hartung Gomes, a seguinte

INDICAÇÃO:

A Deputada signatária vem, respeitosamente, indicar a V.Exa. que o Governo do Estado, via Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano e a Cesan, elabore projeto e execute o tratamento de água e esgoto no município de Guaçuí.

Senhor Governador:

O município de Guaçuí encontra-se na Microrregião Sete do Espírito Santo. Limita-se ao norte com Divino de São Lourenço e Ibitirama; a leste, com Alegre; ao sul e sudeste, São José do Calçado; a sudoeste, com Bom Jesus do Itabapoana e Varre-Sai; a noroeste, Dolores do Rio Preto; a oeste, com Porciúncula e Varre-Sai.

Com área de 467 quilômetros quadrados, ocupa um por cento do território capixaba e 8,4 por cento da microrregião na qual está inserido. O distrito-sede, com latitude de -20,7756 e longitude igual a -41,6794, está localizado a uma altitude de 590 metros. Emancipou-se de Alegre em 1928. De sua área territorial foram desmembrados em 1963 os municípios de Divino de São Lourenço e Dolores do Rio Preto. A população, segundo dados do último censo, é de 25 492 habitantes, assim distribuída: 19 192 nas zonas urbanas e, na zona rural, 6 300. Possui três distritos: São Pedro de Rates, São Miguel do Caparaó e São Tiago. A densidade demográfica chega a 55,90 habitantes por quilômetro quadrado.

A economia do município é gerada através da cafeicultura e a pecuária, notadamente a de leite, que são as duas maiores fontes de emprego que o município possui.

O município de Guaçuí tem passado por grandes transformações em seu aspecto econômico e social, uma característica importante é o desenvolvimento urbano. Frente o crescimento demográfico identifica-se à necessidade de construção de sistema de esgotamento sanitário e tratamento adequado de água. Com a finalidade de diminuir problemas de saúde e gastos públicos, solicitamos que seja elaborado projeto junto com a Cesan, com relação ao tratamento de água e esgoto no município. Com a realização e execução deste estudo será possível combater e prevenir doenças, evitando, assim, danos à saúde humana, animal e à natureza, no qual se terá ambientes adequados para a população.

O conceito de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), entendido como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não restringe o problema sanitário ao âmbito das doenças. Assim, além das ações de prevenção e assistência, considera-se como importante atuar sobre os fatores determinantes da saúde.

A preocupação da sociedade com princípios ecoeficientes no tratamento de efluentes, vem se destacando nos últimos anos. Existem diversos tipos e sistemas para essa finalidade, que podem ser usados tanto em propriedades rurais como urbanas.

A falta de tratamento dos esgotos e condições adequadas de saneamento pode contribuir para a proliferação de inúmeras doenças parasitárias e infecciosas além da degradação do corpo de água. A disposição adequada dos esgotos é essencial para a proteção da saúde pública.

Aproximadamente, cinquenta tipos de infecções podem ser transmitidas de uma pessoa doente para uma sadia por diferentes caminhos, envolvendo os excretos humanos. Os esgotos, ou excretos, podem contaminar a água, o alimento, os utensílios domésticos, as mãos, o solo ou ser transportados por moscas, baratas, roedores, provocando novas infecções.

Epidemias de febre tifóide, cólera, disenterias, hepatite infecciosa e inúmeros casos de verminoses - algumas das doenças que podem ser transmitidas pela disposição inadequada dos esgotos - são responsáveis por elevados índices de mortalidade em países do terceiro mundo. As crianças são suas vítimas mais frequentes, uma vez que a associação dessas doenças, à subnutrição, é geralmente, fatal. A elevação da expectativa de vida e a

redução da prevalência das verminoses que, via de regra, não são letais, mas desgastam o ser humano, somente podem ser pretendidas através da correta disposição dos esgotos.

Outra importante razão para tratar os esgotos é a preservação do meio ambiente. As substâncias presentes nos esgotos exercem ação deletéria nos corpos de água: a matéria orgânica pode causar a diminuição da concentração de oxigênio dissolvido provocando a morte de peixes e outros organismos aquáticos, escurecimento da água e exalação de odores desagradáveis; é possível que os detergentes presentes nos esgotos provoquem a formação de espumas em locais de maior turbulência da massa líquida; defensivos agrícolas determinam a morte de peixes e outros animais. Há ainda a possibilidade de eutrofização pela presença de nutrientes, provocando o crescimento acelerado de algas que conferem odor, gosto e biotoxinas à água.

Pelo exposto, vem à presença de Vossa Excelência solicitar apoio no sentido de atender a reivindicação contida nesta Indicação, que vem de encontro com os anseios da população. A coleta, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada do esgoto sanitário são fundamentais para a melhoria do quadro de saúde da população e por meio do saneamento básico será possível combater e prevenir doenças (inibindo vetores e contaminação), promovendo hábitos de higiene, melhorando a limpeza pública (mantendo praças e jardins em bom estado) e proporcionando ambientes mais agradáveis para viver, garantindo desenvolvimento e contribuindo para a qualidade de vida dos moradores do município de Guaçuí.

Palácio Domingos Martins, 05 de janeiro de 2015.

LUZIA TOLEDO
Deputada Estadual – PMDB

(Comparecem os Senhores Deputados Bruno Lamas, Da Vitória, Dary Pagung e Gildevan Fernandes)

O SR. PRESIDENTE - (THEODORICO FERRAÇO - DEM) - Em discussão a Indicação n.º 028/2015, que acaba de ser lida.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS - (PSD) – Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para discuti-la.

O SR. PRESIDENTE - (THEODORICO FERRAÇO - DEM) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS - (PSD – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, voltando a esse assunto que não deve morrer, para não ser considerado que estamos do lado de quem quer nos calar, vejo que essa CPI, pelo espírito da sua convocação, não deve se ater a um dado publicado pela imprensa, por meio de relatórios que consideramos um absurdo, mesmo não tendo conhecimento técnico. É possível que se entenda que está tentando-se desviar o objetivo principal da reivindicação da população, e é quando se insere um dado de pesquisa altamente duvidoso de que os carros poluem mais do que essa empresa.

Esse dado, é evidente, é articulado para poder desviar o foco da CPI, - que é exatamente em cima da Vale e da ArcelorMittal, que estão cometendo o crime principal nesse processo que estamos tentando apurar, com relação à poluição.

Tentar informar que os carros do Estado do Espírito Santo causam mais poluição do que a Vale é querer desviar o assunto, é querer dar uma conotação de que somos infantis, de que somos apenas *massa de manobra*, de quem controla o Poder da ganância e do lucro, por meio até de vidas humanas.

O Brasil precisa, assim como o mundo precisou sempre algum dia, de mudar o seu processo de evolução - não às custas da pessoa humana- mas tentar se desenvolver por meio- exatamente ao contrário- ou seja, protegendo e cuidando da vida humana.

Todo o processo de desenvolvimento do mundo que foi tomado como prioridade a máquina, a evolução pela tecnologia, ele menos ajudou a população, do que inviabilizou a condição de vida. É por isso que se investe muito em estradas. Isso serve para contemplar os fabricantes de caminhões e de pneus, e toda a evolução da máquina que se usa utiliza no transporte.

É por isso que se deixou de se fazer ferrovias, num país como o Brasil. Porque a ferrovia é a política certa e ideal, porque o transporte é mais barato e viável em quantidades de transporte, em função de que as estradas não têm capacidade de suportar o peso que existe nos caminhões pelo Brasil afora. Muito obrigado, Senhor Presidente. Continuaremos na trincheira. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Em votação a Indicação n.º 028/2015.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA DEPUTADA
INDICAÇÃO N.º 29/2015**

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual LUZIA TOLEDO, no uso de suas atribuições regimentais contidas nos Artigos 141 e 174, aprovada pela Resolução nº 2.700, de 15.07.2009, requer que seja encaminhada ao Exmo. Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Paulo César Hartung Gomes, a seguinte

INDICAÇÃO:

A Deputada signatária vem, respeitosamente, indicar a V.Exa. que o Governo do Estado via a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas-SETOP, elabore Projeto de drenagem e asfaltamento do trecho que liga o distrito de Mimoso do Sul, São Pedro do Itabapoana a Apiacá.

Senhor Governador:

A presente Indicação tem como objetivo adequar e revestir as estradas rurais capixabas, priorizando as áreas de maior concentração de agricultura familiar para melhorar o escoamento da produção e reduzir os custos e as perdas dos produtos perecíveis.

Tal solicitação se faz necessária tendo em vista que é uma obra de suma importância para os municípios de Mimoso do Sul e Apiacá.

Pavimentada, a estrada facilitará o escoamento da produção agrícola, reduzindo custos e as perdas, principalmente em produtos perecíveis. Outro benefício é registrado ainda com a geração de novos negócios e o fortalecimento do agronegócio, setor gerador de empregos diretos e uma renda adicional para os produtores rurais, principalmente os de base familiar.

Somos sabedores que um dos problemas da sociedade moderna é a manutenção do homem no campo. Para que essa fixação se realize é necessário levar ao interior condição para que a produção aconteça com um mínimo de perdas e as facilidades decorrentes do progresso sejam acessadas.

A pavimentação e a drenagem vai melhorar muito as condições de vida dos moradores dos municípios acima citados, principalmente, de quem está empreendendo, quem está dando emprego, seja no turismo, seja na lavoura. É preciso melhorar o interior para que os municípios possam ter qualidade de vida.

O referido pedido levará o desenvolvimento para os produtores rurais dos municípios de Mimoso do Sul e Apiacá, oportunizando a igualdade de oportunidade a inclusão social.

Pelo exposto, vem à presença de Vossa Excelência solicitar apoio no sentido de atender a reivindicação contida nesta Indicação, que é uma solicitação dos munícipes de Mimoso do Sul e Apiacá.

Palácio Domingos Martins, 05 de janeiro de 2015.

**LUZIA TOLEDO
Deputada Estadual - PMDB**

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Em discussão a Indicação n.º 029/2015 que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação a Indicação n.º 029/2015.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

INDICAÇÃO N.º 30/2015

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual LUZIA TOLEDO, no uso de suas atribuições regimentais contidas nos Artigos 141 e 174, aprovada pela Resolução nº 2.700, de 15.07.2009, requer que seja encaminhada ao Exmo. ao Exmo. Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Paulo Cesar Hartung Gomes, a seguinte

INDICAÇÃO

A Deputada signatária vem, respeitosamente, indicar a V.Exa. que o Governo do Estado via a Secretaria de Estado da Agricultura elabore Projeto de drenagem e asfaltamento através do Projeto Caminhos do Campo, ligando a

Sede de Mimoso do Sul ao distrito de São Jose das Torres via Comunidade de Palmeiras.

Tal solicitação se faz necessária tendo em vista que é uma obra de suma importância para as comunidades acima citadas e, em especial, reduzindo os custos e as perdas dos produtos perecíveis, sem falar no fortalecimento do agroturismo e o escoamento da produção do café, melhorando ainda a mobilidade das pessoas que necessitam de utilizar a via em busca de atendimento médico/hospitalar, ida as escolas dentre outros.

Pavimentadas, as estradas rurais facilitam o escoamento da produção agrícola, reduzindo custos e as perdas, principalmente em produtos perecíveis. Outro benefício é registrado ainda com a geração de novos negócios e o fortalecimento de agroturismo, setor que gera milhares de empregos diretos e uma renda adicional para os produtores rurais, principalmente os de base familiar.

Somos sabedores que um dos problemas da sociedade moderna é a manutenção do homem no campo. Para que essa fixação se realize é necessário levar ao interior condição para que a produção aconteça com um mínimo de perdas e as facilidades decorrentes do progresso sejam acessadas.

Pelo exposto, vem à presença de Vossa Excelência solicitar apoio no sentido de atender a reivindicação contida nesta Indicação, que é uma solicitação das comunidades do distrito de São José das Torres e Palmeiras, localizados no município de Mimoso do Sul.

Palácio Domingos Martins, 05 de janeiro de 2014.

**LUZIA TOLEDO
Deputada Estadual - PMDB**

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Em discussão a Indicação n.º 030/2015 que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação a Indicação n.º 030/2015.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA DEPUTADA**

INDICAÇÃO N.º 31/2015

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual LUZIA TOLEDO, no uso de suas atribuições regimentais contidas nos Artigos 141 e 174, aprovada pela Resolução nº 2.700, de 15.07.2009, requer que seja encaminhada ao Exmo. Governador do

Estado do Espírito Santo, Dr. Paulo Cesar Hartung Gomes, a seguinte

INDICAÇÃO:

A Deputada signatária vem, respeitosamente, indicar a V.Exa. que o Governo do Estado, via a Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano e a Cesan, elabore projeto e execute o tratamento de água e esgoto no distrito de Araguaia- Marechal Floriano, onde encontram-se as nascentes que deságuam em dois grandes rios, rio Benevente e o Braço Sul que integram o rio Jucu, ambos abastecendo diversas comunidades e a grande Vitória.

Senhor Governador:

Araguaia é o maior distrito de Marechal Floriano, localizado há 65 km de Vitória, compondo uma região exuberante e romântica, com seu povo hospitaleiro e trabalhador que conserva na sua essência a simplicidade de gente do interior.

O nome Araguaia significa nascentes das araras (vocabulário Tupi-Guarani - Português), quando os ingleses em 1901 chegaram para construir a estação colocaram este nome.

Araguaia é um marco histórico da cultura italiana no Espírito Santo. Os imigrantes italianos de cidades como Venda Nova do Imigrante, Conceição de Castelo e a região de montanhas Capixaba passaram por seus vales e montes. A bucólica Vila de Araguaia representa o local mais apropriado para representar o cenário da cultura Italiana. Muitas casas ainda conservam sua arquitetura original do início do século passado. Um exemplo é a Casa Rosa, do século XIX, que contém o maior acervo do Estado de móveis e utensílios de época.

Outro destaque em Araguaia são as igrejas, como a de Santo Antônio, com 110 anos, bem como sua religiosidade na Festa de Santo Antônio e São Miguel.

Como exemplo da preservação da cultura no decorrer dos anos tem o Centro Cultural Ezequiel Ronchi, no qual existem mais de 550 peças do tempo da imigração.

No distrito também há o circuito Vale do Verde, empreendimentos rurais que se desenvolveram e adaptaram para receber turistas que buscam contato imediato com a deliciosa vida no campo com atrativos como: cachoeiras, lagoas, trilhas, café das montanhas, comidas típicas, museus, artesanatos, orquidário, sítios, pousadas e lindas paisagens cercadas de ar puro.

Com a finalidade de diminuir problemas de saúde e gastos públicos, solicitamos que seja elaborado projeto junto com a Cesan, com relação ao tratamento de água e esgoto no distrito de Araguaia. Com a realização e execução deste estudo será possível combater e prevenir doenças, evitando, assim, danos à saúde humana, animal e à natureza, no qual se terá ambientes adequados para a população.

O conceito de saúde proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS), entendido como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não restringe o problema sanitário ao âmbito das doenças. Assim, além das ações de prevenção e assistência, considera-se como importante atuar sobre os fatores determinantes da saúde.

A preocupação da sociedade com princípios e coeficientes no tratamento de efluentes, vem se destacando nos últimos anos. Existem diversos tipos e sistemas para essa finalidade, que podem ser usados tanto em propriedades rurais como urbanas.

A falta de tratamento dos esgotos e condições adequadas de saneamento pode contribuir para a proliferação de inúmeras doenças parasitárias e infecciosas além da degradação do corpo da água. A disposição adequada dos esgotos é essencial para a proteção da saúde pública.

Aproximadamente, cinquenta tipos de infecções podem ser transmitidas de uma pessoa doente para uma sadia por diferentes caminhos, envolvendo os excretos humanos. Os esgotos, ou excretos, podem contaminar a água, o alimento, os utensílios domésticos, as mãos, o solo ou ser transportados por moscas, baratas, roedores, provocando novas infecções.

Epidemias de febre tifóide, cólera, disenterias, hepatite infecciosa e inúmeros casos de verminoses - algumas das doenças que podem ser transmitidas pela disposição inadequada dos esgotos - são responsáveis por elevados índices de mortalidade em países do terceiro mundo. As crianças são suas vítimas mais frequentes, uma vez que a associação dessas doenças, à subnutrição, é geralmente, fatal. A elevação da expectativa de vida e a redução da prevalência das verminoses que, via de regra, não são letais, mas desgastam o ser humano, somente podem ser pretendidas através da correta disposição dos esgotos.

Outra importante razão para tratar os esgotos é a preservação do meio ambiente. As substâncias presentes nos esgotos exercem ação deletéria nos corpos de água: a matéria orgânica pode causar a diminuição da concentração de oxigênio dissolvido provocando a morte de peixes e outros organismos aquáticos, escurecimento da água e exalação de odores desagradáveis; é possível que os detergentes presentes nos esgotos provoquem a formação de espumas em locais de maior turbulência da massa líquida; defensivos agrícolas determinam a morte de peixes e outros animais. Há ainda a possibilidade de eutrofização pela presença de nutrientes, provocando o

crescimento acelerado de algas que conferem odor, gosto e biotoxinas à água.

Pelo exposto, vem à presença de Vossa Excelência solicitar apoio no sentido de atender a reivindicação contida nesta Indicação, que vem de encontro com os anseios da população, a coleta, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada do esgoto sanitário são fundamentais para a melhoria do quadro de saúde da população, por meio do saneamento básico será possível combater e prevenir doenças (inibindo vetores e contaminação), promovendo hábitos de higiene, melhorando a limpeza pública (mantendo praças e jardins em bom estado) e proporcionando ambientes mais agradáveis para viver, garantindo desenvolvimento e contribuindo para a qualidade de vida dos moradores do Distrito de Araguaia – Marechal Floriano.

A presente indicação é uma solicitação dos moradores e da Associação dos Moradores de Araguaia, distrito do município de Marechal Floriano.

Palácio Domingos Martins, 05 de janeiro de 2015.

LUZIA TOLEDO
Deputada Estadual - PMDB

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Em discussão a Indicação n.º 031/2015 que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação a Indicação n.º 031/2015.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO

INDICAÇÃO N.º 32/2015

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual LUZIA TOLEDO, no uso de suas atribuições regimentais contidas nos Artigos 141 e 174, aprovada pela Resolução nº 2.700, de 15.07.2009, requer que seja encaminhada ao Exmo. Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Paulo Cesar Hartung Gomes, a seguinte

INDICAÇÃO

A Deputada signatária vem, respeitosamente, reiterar a V.Exa. que o Governo do Estado determine à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura, assinatura de um Convênio com a Prefeitura Municipal de São Mateus, para a instalação de uma Antena e implantação de Telefonia Móvel e Internet 3G nas comunidades de Nova Lima, São Geraldo e Itauninhas.

Senhor Governador,

A Indicação que ora apresentamos é um apelo das famílias e dos produtores rurais das Comunidades Nova Lima, São Geraldo e Itauninhas, localizadas no município de São Mateus.

O serviço é necessário e de fundamental importância para ao homem do campo, melhorando o desenvolvimento às comunidades rurais acima citadas, incentivando a venda de seus produtos e vai incentivar a geração de novas oportunidades de rendas para as famílias que ali residem e possuem o seu comércio.

Hoje um dos fatores que mais atravancam o desenvolvimento do homem do campo e no interior do Estado é a falta de telefonia móvel e internet 3G no meio rural. Uma significativa fatia da população ainda não tem acesso à telefonia móvel. No futuro o acesso aos meios avançados de comunicação e seus diferentes suportes tecnológicos, será inda mais relevante.

Nessas comunidades todos vivem da agricultura familiar. O agronegócio vem se desenvolvendo e crescendo a cada dia, necessitando da internet 3G e da telefonia móvel, que facilitará a comercialização dos produtos e a comunicação dos moradores com o resto do mundo.

Pelo exposto, vem à presença de Vossa Excelência solicitar apoio no sentido de atender a reivindicação

contida nesta Indicação, é um pedido das famílias e dos produtores rurais, das comunidades acima citadas.

Palácio Domingos Martins, 05 de janeiro de 2015.

LUZIA TOLEDO
Deputada Estadual - PMDB

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Em discussão a Indicação n.º 032/2015 que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação a Indicação n.º 032/2015.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO

INDICAÇÃO N.º 33/2015

Senhor Presidente:

O deputado signatário, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer a Vossa Excelência, com base nos artigos 141, Inciso VIII e 174 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor governador do Estado, Paulo Hartung a presente

INDICAÇÃO

Sugerindo ao Governo do Estado, a criação de um **projeto educacional de alfabetização, o Analfabetismo Zero**, destinado a democratização do conhecimento e que sirva para a consolidação de políticas públicas que possam **reduzir a zero o número de analfabetismo em todo Estado do Espírito Santo**.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Palácio Domingos Martins, 14 de janeiro de 2015.

ESMAEL DE ALMEIDA
Deputado Estadual – PMDB

JUSTIFICATIVA

Estamos sugerindo ao Governo do Estado, criação de um projeto educacional de alfabetização, o Analfabetismo Zero, destinado a democratização do conhecimento e que sirva para consolidação de políticas públicas que possam reduzir a zero o número de analfabetos em todo o Estado do Espírito.

Como se sabe, o Espírito Santo teve uma redução de 0,1% do analfabetismo de pessoas acima dos 15 anos, porém, a taxa atual de 6,6%, é a segunda maior da região Sudeste (4,7%), ficando atrás apenas de Minas Gerais (7,4%), que tem uma população de 19,6 milhões contra 3,8 milhões de habitantes do Estado.

Por outro lado, São Paulo tem a taxa mais baixa de analfabetismo na região (3,6%), embora o Estado tenha 41,3 milhões de habitantes.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E mostram também que a maioria dos analfabetos no Estado são mulheres (54,5%), correspondendo a 115 mil pessoas.

Os números são preocupantes por o buraco pode ser ainda maior. Os dados foram divulgados com parâmetros questionáveis que podem maquiagem o real problema dos brasileiros e capixabas em ler e escrever. A questão gira em torno da classificação utilizada pelo IBGE.

A pesquisa considera alfabetização quem consegue ler um bilhete simples de frases curtas. Isso indica que o problema de analfabetismo pode ser maior que os números se pensarmos que uma pessoa alfabetizada deveria ser capaz de ler qualquer tipo de texto e também produzir textos.

Diante desta realidade, senhores deputados, estamos apresentando esta Indicação, sugerindo ao Governo do Estado a criação de um Projeto que possibilite mudar esta realidade.

Nesta busca por erradicar o analfabetismo, é importante reforçar as parcerias para o alcance desta meta, e as Igrejas são potencialmente importantes se incluídas como parceiras na superação desses índices. Elas poderiam ceder seus espaços para a capacitação de alunos em horários que estas acomodações estivessem disponíveis.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Em discussão a Indicação n.º 033/2015 que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação a Indicação n.º 033/2015.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

INDICAÇÃO N.º 34/2015

Senhor Presidente:

O deputado signatário, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer a Vossa Excelência, com base nos artigos 141, Inciso VIII e 174 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor governador do Estado, Paulo Hartung a presente

INDICAÇÃO

Sugerindo ao Governo do Estado, **a contratação de estudos com objetivo de concentrar em um único espaço, um Centro Estadual Administrativo do Governo do Estado do Espírito Santo (CEAGES)** das unidades de Gestão do Governo.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Palácio Domingos Martins, 14 de janeiro de 2015.

**ESMAEL DE ALMEIDA
Deputado Estadual – PMDB**

JUSTIFICATIVA

Uma estrutura de uma organização, que seja pública ou privada, pode ser definida como o resultado de um processo por meio do qual a autoridade é distribuída; as atividades, desde os níveis mais baixos até a Alta Administração, são especificadas e um sistema de comunicação é delineado permitindo que as pessoas realizem as atividades e exerçam a autoridade que lhes compete para o atingimento dos objetivos da gestão.

E estes objetivos se tornam ainda mais expressivos quando se trata da organização como a de um Governo do Estado, onde o foco é cidadão, que deve ser atendido com produtos que vão impactar diretamente na vida de cada um deles, tais como projetos, obras, educação, saúde, segurança, cultura, saneamento, meio ambiente dentre outros.

A eficácia desta produção passa principalmente pelo custo da estrutura organizacional e funcional que é mobilizada para desencadeamento dos processos produtivos e sobre esta custo pesa significativamente a descentralização administrativa que o Governo do Estado ao longo dos anos vem se submetendo.

Neste contexto surge a evidente necessidade de se pensar no estabelecimento de um plano para promover a centralização da maioria da suas unidades de gestão. Isto é, a criação de um Centro Administrativo Estadual.

Apenas para ilustrar a importância da concentração em um único espaço, das unidades de gestão do Governo do Estado, estamos elencando alguns fatores positivos. Eles atuam diretamente na melhoria do bem estar e da produtividade de seus servidores no atendimento aos cidadãos do Estado, e na eficácia da máquina administrativa, e que se tornarão realidade quando da implantação da centralização administrativa.

- Apresenta melhoria na rede de relações sociais, profissionais e pessoais dos servidores que passam a se conhecer melhor;
- Facilita o desenvolvimento de tarefas que exigem a interação entre as diversas secretarias. Algumas questões podem ser resolvidas até em corredores ou elevadores, evitando agendamento de reuniões em diversos locais;
- Facilita a realocação de recursos para se atender a “picos” de atividade;
- Facilita a projeção da liderança e a aplicação das políticas e diretrizes da gestão;
- Facilita a coordenação, apuração de resultados e de controle, bem como estabelecimento de condutas padrão;
- Permite ações de reengenharia dos processos com mais aplicabilidade e eficácia;
- Facilita a coordenação, em função do Governo do Estado possuir múltiplas atividades complexas e interdependentes;
- Reduz os custos da frota de veículos tanto em seu quantitativo quanto no seu custeio, permitindo a criação de um pool de veículos para atendimento de todo o centro administrativo;
- Reduz os custos relativos à locação dos imóveis espalhados por diversos pontos do Estado;
- Reduz os altos custos que são empregados na contratação de vigilância para as diversas unidades;
- Reduz os altos custos que são empregados na contratação de vigilância para as diversas unidades;
- Reduz os custos com manutenção e conservação das unidades, água, energia, telefonia, informática, etc.
- Cria um endereço único para o cidadão ser atendido em suas necessidades junto ao Governo do Estado, evitando que ele fique se deslocando de um extremo ao outro da Grande Vitória.
- Maior controle dos acessos de funcionários e público que se utiliza dos serviços ofertados pelo Estado ou prestam serviços a ele;
- Encurtamento significativo do prazo entre a identificação de uma demanda e seu atendimento;
- Maior agilidade, segurança e controle dos processos de conteúdo técnico e administrativo.
- Dentre inúmeros outros;

Sem considerar que a maioria das áreas que abrigam as unidades de gestão do Governo do Estado é quase em sua totalidade locais inadequados ou adaptados que não oferecem um ambiente propício ao desempenho funcional.

Desta forma estamos propondo que se contrate um estudo para a apresentação de uma proposta para a centralização administrativa do Governo do Estado contemplando estudo de viabilidade do investimento sob o ponto de vista econômico, financeiro, da gestão e social, como também apresente alternativas para implantação deste Centro.

Apresentamos ainda como sugestão para construção do CEAGES, o terreno onde está localizada a Rádio Espírito Santo ou o terreno está localizada a Secretaria de Estado de Educação (SEDU).

que acaba de ser lida. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação a Indicação n.º 034/2015.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada.

Findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente, passa-se à fase das Comunicações.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Euclério Sampaio, que agora poderá responder ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

*** EXPEDIENTE PUBLICADO CONFORME CÓPIAS ENVIADAS PELOS RESPECTIVOS SETORES DE ORIGEM.**

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT - Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, servidores da Casa, profissionais de imprensa e a todos que nos assistem desejamos boa tarde.

Senhor Presidente, preliminarmente, responderemos ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, a quem agradecemos o carinho com este Deputado. Pedimos a Deus que viessem para esta Casa pessoas como V. Ex.^a e outros iguais para realmente podermos resolver os problemas, dentre os quais está a questão da poluição, que é um assunto grave e temos que agir com rigor.

Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, manifestamo-nos ontem e gostaríamos que V. Ex.^a prestasse um pouquinho de atenção no que falaremos. Assinamos e retiramos a assinatura do requerimento de criação da CPI do Pó Preto, encabeçada pelo Senhor Deputado Gilzinho Lopes, mas comunicamos a S. Ex.^a que iríamos fazer isso para honrar um acordo anterior de cavalheiros com alguns deputados, já que o Presidente da Comissão, afeta àquela matéria, iniciaria as conversas e assim foi feito. Mas também temos outros assuntos tão ou mais graves do que esse. Apesar de esse atingir toda a nossa população, temos assuntos mais graves como a questão do pedágio, e sabemos que podemos contar com V. Ex.^a, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, e com os demais deputados desta Casa.

Temos a questão do Transcol, sobre o qual no ano passado nos pronunciamos por dezenas de vezes nesta Casa. Houve uma licitação, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, fajuta e direcionada, em que antes de serem abertos os envelopes já dissemos desta tribuna, Senhor Deputado Hudson Leal, o nome das empresas que foram vencedoras da licitação. Na época, falamos que *não tínhamos bola de cristal*, mas a falcatura era tanta que todos já sabiam quem ganharia.

Hoje demos entrada e protocolizamos o requerimento de criação da CPI do Transcol porque esse movimento que está nas ruas nada mais é do que uma combinação para aumentar o preço da passagem. Desse modo, o trabalhador será lesado novamente. A reivindicação é tão banal porque já fez parte do acordo. A licitação foi vencida com desconto, entre aspas, de cinco centavos, mas já estão forçando a barra para terem aumento. Isso é tudo combinado e tem que acabar neste Estado! O plano de saúde já estava pactuado, Senhor Deputado Theodorico Ferraço, e agora o transporte público parou. Nunca vimos uma paralisação desse jeito, nenhum ônibus rodando. Afrontam a Justiça para que tenham aumento e quem pagará será o servidor. Ou o Governo complementa ou aumenta a passagem. Isso tem que acabar neste Estado. A situação da licitação foi vergonhosa. Na época fizemos um requerimento, Senhores Deputados, mas não responderam. Dissemos os nomes das empresas que seriam vencedoras, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, e acertamos. Esta Casa tem que apurar tudo isso com muito rigor.

O Sr. Enivaldo dos Anjos – (PSD) – Senhor Deputado Euclério Sampaio, o Espírito Santo é um Estado diferente. V. Ex.^a tem uma briga antiga com a Rodosol e pode contar com este Deputado porque não existe absurdo maior do que esse da Terceira Ponte. Se deixarmos, essa empresa ficará aqui cem anos cobrando pedágio, até porque toda a providência que se tem para combater, mesmo o Tribunal de Contas dizendo que tem mais de seiscentos milhões de diferença, mesmo com toda a história política do Estado do Espírito Santo sabendo que esse contrato sofreu intervenções ilegais, até umas não publicadas no Diário Oficial, tivemos uma desembargadora que concedeu liminar para voltar com o pedágio. Ora, quanta falta de sensibilidade do Poder Judiciário, que se mete em uma questão para beneficiar a empresa em detrimento da população! Porque se o pedágio estava suspenso, era mais conveniente que o Poder Judiciário intervisse para poder ficar do lado da população porque, na dúvida, beneficia-se o réu e, no caso do pedágio da Terceira Ponte, o réu é a população que está sendo assaltada indevidamente. Até porque defendemos que se tenha pedágio proporcional ao custo da manutenção. Mas pedágio para encher o bolso da Rodosol para prestar um serviço de péssima qualidade, discordamos e estamos nessa luta com V. Ex.^a.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO - (PDT) – Obrigado, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos. V. Ex.^a tem toda a razão. *Tem coisas que até cego enxerga.* A questão da Rodosol, nem a Justiça enxerga. Obrigado, Senhor

Presidente. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE - (THEODORICO FERRAÇO - DEM) - Passo a presidência dos trabalhos à Senhora Deputada Luzia Toledo. **(Pausa)**

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Assumo a presidência dos trabalhos neste momento e concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Hércules.

O SR. DOUTOR HÉRCULES - (PMDB - Sem revisão do orador) - Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, telespectadores do Canal 12, TV Ales, e da TV Educativa, Canal 2, em relação à discussão do pó preto, com certeza estamos juntos nessa batalha por causa da poluição. Desde o nosso primeiro mandato nesta Casa, há cerca de oito anos, já fizemos audiência pública no mesmo sentido sobre o mesmo assunto e fomos também visitar o pátio da Vale, na ponta da Praia de Camburi, e naquela ocasião vimos as instalações das *wind fence*, uma barreira do vento, que não tem sido suficiente para fazer a diminuição dessa poluição. Certamente trabalharemos no sentido de fazer com que as empresas - não só a Vale, mas também há outras empresas poluidoras, como a Belgo Mineira e a ArcelorMittal – reduzam o índice de poluição. O pó preto incomoda, mas os gases, também produzidos por algumas empresas, matam muita gente.

Senhora Presidenta, informamos que fizemos a primeira reunião da Comissão de Saúde, hoje, às 9h. Estavam presentes os Senhores Deputados Almir Vieira, Eliana Dadalto e Erick Musso. Debatesmos principalmente o assunto das dívidas com os hospitais filantrópicos. O Senhor Luiz Nivaldo da Silva visitou a Comissão de Saúde hoje e fez a explanação do que está acontecendo devido à falta de pagamento desses hospitais conveniados. O Governo do Estado iria pagar os meses de outubro e novembro no dia vinte, mas dada a situação crítica em que os funcionários desses hospitais se encontram, alguns já parando de trabalhar por falta de pagamento – e eles têm razão, pois trabalharam e precisam receber – mas ainda estão ficando para trás os meses de dezembro e janeiro já vencidos. Estamos no décimo dia de fevereiro e há outras despesas que também precisam ser pagas. Estão sendo pagos hoje trinta e sete milhões de reais para esses hospitais fazerem jus às despesas já efetuadas.

Deliberamos também hoje, com a presença dos Deputados já citados, a diligência que faremos nos hospitais que visitaremos. Sairemos da reunião da Comissão de Saúde às 10h para visitarmos os hospitais e para homenagear o Senhor Deputado Almir Vieira, que tem feito um trabalho admirável no Hospital da Associação dos Servidores Públicos do Espírito Santo. O primeiro hospital que visitaremos será o Hospital da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo, na Cidade Alta. Na outra terça-feira, é Carnaval. Na primeira terça-feira pós o Carnaval, faremos essa visita. Convidamos não só os membros da Comissão de Saúde, mas todos os Senhores Deputados que puderem comparecer, para ver o trabalho maravilhoso que o Senhor Deputado Almir Vieira tem feito no Hospital da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo.

O Sr. Almir Vieira - (PRP) – Já estive hoje no Hospital, comunicando a toda diretoria essa visita que a Comissão de Saúde fará. Em nome da diretoria daquele hospital trago um abraço para todos os membros da Comissão de Saúde. Obrigado.

O SR. DOUTOR HÉRCULES - (PMDB) – Muito obrigado.

Então o Senhor Deputado Almir Vieira tem feito o seguinte trabalho. O Hospital estava fechando. O que aconteceu este mês de janeiro? O Senhor Governador Paulo Hartung foi lá. Fomos lá também com o Senhor Deputado Almir Vieira, para inaugurar algumas enfermarias, colocando à disposição do SUS mais treze leitos, graças ao trabalho do Senhor Deputado Almir Vieira, com toda a sua equipe.

O Hospital da Associação dos Funcionários Públicos estava com um déficit mensal de cerca de cento e oitenta mil reais, mas fechou dezembro com superávit, com dinheiro em caixa, e ainda oferece à população mais sofrida, Senhor Deputado Edson Magalhães, que é o pessoal do SUS, mais treze leitos para atender à nossa população. **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sergio Majeski.

O SR. SERGIO MAJESKI - (PSDB - Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, boa tarde aos membros da Mesa Diretora. Boa tarde aos nobres colegas, ao público que nos visita. Boa tarde aos telespectadores que nos assistem em casa.

Ainda sobre a questão do pó preto, assunto que está na ordem do dia e não podemos nos furtar a outras avaliações sobre essa questão...

É comum que as pessoas façam pelo menos silêncio quando as outras estão falando. Desculpem-nos ser chato nesse aspecto. Mas, quando tem uma pessoa falando da tribuna é sinal de que está falando algo importante. Quando os próprios colegas nos dão as costas quando falamos, batem papo e falam ao telefone, embora tenha uma

sala, em anexo, que serve para isso, o que pensam os visitantes quando olham para aqui e veem que os próprios colegas não prestam atenção naquilo que o outro está falando? Quer dizer, se somos desconsiderados pelos nossos próprios colegas, o que pensará o público sobre isso?

Existe um ditado popular que diz: *Em terra de cego, quem tem um olho é rei*. Já escreveu um pensador, cujo nome nos falha à memória, que esta frase não é correta. Na verdade, em terra de cego, quem tem um olho é considerado maluco. Se a pessoa está enxergando aquilo que ninguém está vendo, ou seja, se ela está dizendo algo que está vendo, mas ninguém está vendo as pessoas vão dizer que ela é maluca, porque ninguém está enxergando aquilo.

Esta analogia serve muito para a questão política e social do País. Então, nesta questão do pó preto, existem coisas que precisam ser ditas. Primeiro, não só é uma questão brasileira, não é exclusiva daqui, mas existe uma promiscuidade imensa entre o poder público e o poder econômico. Então é uma bobagem imaginar que a maioria das decisões governamentais, seja em que esfera for, esteja primeiramente coadunada com os interesses da sociedade. Quase sempre elas atendem muito mais aos interesses do grande capital.

Então hoje quando pensamos nesta questão do pó preto, até que ponto o poder público e as instituições, incluindo os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, estão afinados mesmo com aquilo que interessa à sociedade? Hoje não estamos aqui para tapar o sol com a peneira. Todos nós sabemos que muitas pessoas que hoje ocupam cargos tanto no Parlamento quanto no Poder Executivo receberam doações de campanha das empresas citadas: ArcelorMittal, Vale e suas subsidiárias. E, agora, é o momento de mostrarem ao público que não existe esse atrelamento. Ou seja, podemos ter recebido a doação, mas estamos em primeiro plano afinados com a sociedade. Não estamos preocupados se daqui a quatro anos vamos receber novamente essas doações ou não.

Então a sociedade começa a desconfiar que essa CPI do Legislativo, pode ser uma CPI chapa-branca, e mais afinada às vezes com os interesses das próprias empresas do que com a sociedade.

Como membro desta Casa, estaremos aqui para cobrarmos efetividade, imparcialidade desta Comissão, porque a sociedade espera isso de nós. E não podemos nos esquivar dessa responsabilidade.

Pedimos aos nobres colegas que tenhamos a consciência de qual é a nossa responsabilidade e qual o interesse primeiro desta Casa e do Poder Público, que são os interesses de toda a sociedade e não dessa ou daquela empresa.

O Sr. Enivaldo dos Anjos – (PSD) – Senhor Deputado Sergio Majeski, V. Ex.^a tem razão com relação àqueles que ficam de costas quando V. Ex.^a está discursando, mas V. Ex.^a sabe que os Paramentos são assim.

Visitei um Parlamento na Europa, e a situação lá é pior. Na Europa, os parlamentares se reúnem uma vez por mês, ou quando convocados.

V. Ex.^a acabou de chegar a esta Casa. Com o brilhantismo que tem nas colocações, nas ideias e nas afirmações, pode ficar tranquilo porque temos hoje, graças ao tempo, uma TV Ales e a taquigrafia, que farão justiça à posição de V. Ex.^a neste Plenário.

Com relação à CPI, V. Ex.^a pode ter certeza de que se o Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto for o Presidente, a CPI terá um destino correto, sério, porque S. Ex.^a não é chapa-branca e nem fará nenhum papel de chapa-branca, como acredito que todos os membros escolhidos não farão.

A Senhora Presidenta está com pressa? Já encerramos.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Apenas um aviso para garantir o tempo dos outros Deputados que estão inscritos. Mas V. Ex.^a pode continuar.

O Sr. Enivaldo dos Anjos – (PSD) – Devolvo a palavra ao Senhor Deputado Sergio Majeski, pois já fui advertido pela presidência. Nesta Casa há uma pressa muito grande de cortar a palavra do outro. Deve ter muita coisa para fazer fora desta Casa, porque para tudo tem que correr nesta Assembleia.

O SR. SERGIO MAJESKI – (PSDB) – De outra forma, não estamos nesta tribuna fazendo pré-julgamento. Não é isso! Estamos só alertando para a necessidade desta CPI *nascer* com muita efetividade e transparência, de tal forma que a sociedade não nos questione de forma nenhuma. Só isso! Confiamos plenamente na responsabilidade de cada um. **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Edson Magalhães.

O SR. EDSON MAGALHÃES – (DEM – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, servidores desta Casa e capixabas que nos assistem, hoje temos a felicidade de estar nesta Casa nos dirigindo aos senhores. Tivemos a paciência e a tranquilidade de poder ouvir todos. Por esta tribuna passaram vários deputados. Deputados eleitos e deputados reeleitos. Desta tribuna, falaram em igualdade para todos, mas queremos dizer da felicidade de estarmos colaborando na instalação da Comissão do Bloco

Parlamentar, que teve como coordenador o Senhor Deputado Rodrigo Coelho.

Pode ser que alguém nesta Casa tenha tido a curiosidade de saber a biografia de cada um. Entendemos que a acepção de pessoas é um processo natural e que o Parlamento estadual é autônomo, onde os deputados têm o poder de se expressar e, muito mais, o poder da liberdade de agir. Dizemos isso porque não estamos nesta Casa para vigiar o outro e muito menos para ser vigiado, o que queremos realmente é que esta Casa de Leis provoque o debate que a sociedade capixaba espera de todos nós, um debate sincero e firme em cima das ideias. É o que esperamos.

Primeiramente queremos dizer da nossa felicidade por estar nesta Casa, como ex-prefeito do Município de Guarapari, nossa cidade, onde fizemos uma transformação que trouxe benefícios para toda a população, e não somente a A, B ou C. Esse é o comportamento que teremos no Parlamento estadual: de liberdade, de tranquilidade e de autonomia.

Somos do bloco de apoio ao Governador Paulo Hartung, por entender que S. Ex.^a é um Governador das transformações. Mas queremos dizer da independência desta Casa de Leis, para que possamos fazer as transformações necessárias e para que a sociedade capixaba assista e tire proveito daquilo que encaminharemos como projetos de lei. Esse é o papel do deputado.

Portanto, dizemos a todos da nossa alegria por estar nesta Casa, por compartilhar com todos, mas, acima de tudo, por criar um movimento novo, um movimento da esperança, um movimento da transformação, um movimento do desejo de assistir a toda população capixaba com aquilo que pensamos que é de direito: levar qualidade de vida para as pessoas.

Estamos na Comissão de Infraestrutura não à toa, mas para implementar os grandes projetos de logística, mobilidade urbana, desenvolvimento regional e, acima de tudo, para que possamos realmente dar a este Espírito Santo um seguimento novo, um seguimento onde as pessoas realmente possam, no seu dia a dia, buscar emprego e renda.

Muito obrigado a todos! **(Muito bem!)**

A SR.^a JANETE DE SÁ - (PMN) - Senhora Presidenta, pela ordem! Gostaríamos de informar que a Escola de Samba Andaraí foi a campeã do grupo de acesso e no próximo ano desfilará no Grupo B.

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO- PMDB) - Passo a presidência dos trabalhos ao Senhor Deputado Cacau Lorenzoni, pois sou a próxima oradora inscrita. **(Pausa)**

O SR. PRESIDENTE - (CACAU LORENZONI - PP) - Assumo a presidência dos trabalhos neste momento e concedo a palavra à Senhora Deputada Luzia Toledo.

A SR.^a LUZIA TOLEDO - (PMDB - Sem revisão da oradora) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, imprensa, companheiros presentes nas galerias desta Casa, servidores e técnicos, assomamos a esta tribuna para responder à imprensa, por quem temos o maior respeito e o maior carinho, sobre a CPI do Pó Preto.

O Senhor Deputado Gilsinho Lopes é um Parlamentar que gostamos há muito tempo, desde a legislatura passada. S. Ex.^a é um daqueles Deputados presentes em todos os lugares, sempre com o mesmo sorriso, com o mesmo carinho e é trabalhador. Acompanhamos *pari passu* a luta de S. Ex.^a nesta Casa no mandato passado e agora, no início deste mandato. Dissemos a S. Ex.^a, bem como a vários colegas, inclusive hoje ao Senhor Deputado Euclério Sampaio, que não assinamos CPI. No final o Senhor Deputado Gilsinho Lopes já não nos procurava mais, porque sabia do nosso posicionamento.

CPI é um processo doloroso. Acreditamos muito mais na criação de uma comissão especial, que pode trazer para a discussão a sociedade, as universidades, a sociedade organizada, o Governo, enfim, todos os que estão imbuídos nessa intenção.

Parabenizamos o Senhor Vinícius Valfré, do jornal *A Gazeta*, pois S. S.^a foi fidedigno a nossa fala. Falamos que não tivemos tempo e não tivemos mesmo. Não assinamos nada sem ler e não assinamos nada na garagem. Temos que ter conhecimento daquilo que assinamos.

A luta contra o pó preto não é recente, ela começou à época em que estávamos Senadora da República, juntamente com o Senhor Gerson Camata, quando realizamos, na antiga sede da Assembleia Legislativa, na Cidade Alta, uma audiência pública com toda a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Terminamos a audiência depois de um dia de discussão, com todas as universidades presentes.

Senhora Deputada Eliana Dadalto, naquela oportunidade levamos os senadores à casa do Senhor Gerson Camata, para mostrar como ela ficava. Na nossa casa não era diferente, mas achávamos que a casa de S. Ex.^a, que era um Senador de tantos mandatos e uma figura nacional, seria referência. A verdade é que não conseguimos levar nada à frente, nem nós nem o ex-senador Gerson Camata.

Agora a discussão surge novamente. O Senhor Deputado Gilsinho Lopes não é o primeiro e o Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto não é o segundo a trazê-la, porque essa é uma discussão vinda de longos anos e de

que esta Casa nunca se furtou.

Falamos com o Senhor Vinícius Valfré que primeiramente saberíamos do que se tratava. E agora, que sabemos como foi construída, assinaremos.

Senhor Deputado Da Vitória, ontem estávamos presentes à sessão, assim como os Senhores Deputados Cacau Lorenzoni e Pastor Marcos Mansur, mas ninguém trouxe o requerimento da CPI para assinarmos.

Quando as coisas nesta Assembleia são feitas com correria, sem tempo para discussão e para mostrar a que veio, é muito complicado. Todos conhecem nosso comportamento, que é retilíneo, e continuaremos do mesmo jeito. Só assinamos as coisas depois de ler e de saber do que se trata. Não assinamos nada que desconhecemos e também não assinamos hoje a CPI do Transcol do Senhor Deputado Euclério Sampaio.

A regra do jogo não está na imposição, mas na discussão. Esta Casa é do diálogo, da discussão, e estamos pronta para discutir, para conversar, mas não para uma imposição.

Continuaremos com este assunto tão logo voltemos a esta tribuna. **(Muito bem)**

O SR. GILSINHO LOPES – (PMDB) – Senhor Presidente, pela ordem!

Senhora Deputada Luzia Toledo, agradecemos suas palavras. Conhecendo V. Ex.^a, o seu trabalho, o seu dia a dia, e sabedor de que V. Ex.^a jamais assinaria uma CPI, não a procuramos para conversar. Mas a luta não foi em vão. A luta teve o objetivo alcançado. A CPI está sendo instalada e os membros serão anunciados para a sociedade.

O Senhor Deputado Sergio Majeski foi muito feliz em sua colocação: a responsabilidade desta Casa e da comissão nortearão os rumos da sociedade para com esta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (CACAU LORENZONI – PP) – Devolvo a presidência dos trabalhos à Senhora Deputada Luzia Toledo. **(Pausa)**

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Assumo a presidência dos trabalhos para dar continuidade ao rito da sessão.

Findo o tempo destinado à fase das Comunicações, passa-se à Ordem do Dia.

Eleição para composição da Ouvidoria Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, para o biênio fevereiro-2015/janeiro-2017.

Informo que a eleição que realizaremos agora é destinada à composição da Ouvidoria Parlamentar desta Assembleia Legislativa para o biênio de Fevereiro de 2015 a Janeiro de 2017, composta pelos seguintes cargos: Ouvidor Parlamentar-Geral e Ouvidor Parlamentar Substituto.

Informo que o registro das candidaturas será procedido por meio de chapas e a votação será nominal, sendo eleita a chapa que obtiver o voto da maioria absoluta do colegiado que compõe esta Casa, isto é, dezesseis votos em primeiro escrutínio; não obtido esse *quorum*, será colocado em segundo escrutínio com a participação de todas as chapas, sendo eleita a que obtiver o voto da maioria simples; havendo empate nesse segundo escrutínio, será convocado novo escrutínio entre as chapas empatadas; mantido o empate, será considerada eleita a chapa cujo candidato a Ouvidor Parlamentar-Geral for o mais idoso ou idosa.

A Presidência suspenderá a presente sessão para receber o registro das chapas. Cada chapa conterà o cargo com o nome do respectivo ocupante e sua aquiescência. O mesmo Senhor Deputado não poderá concorrer em mais de uma chapa.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 16h03min e reaberta às 16h06min)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Está reaberta a sessão.

Solicito aos Senhores Deputados e Deputadas que tomem seus assentos para que possamos anunciar o registro e a composição da chapa inscrita na Mesa Diretora.

Solicito às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados que confirmem se querem subscrever a chapa que já se encontra à Mesa. **(Pausa)**

Informo aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas que há somente uma chapa inscrita, a chapa única, composta pelo Senhor Deputado Da Vitória (PDT) para o cargo de Ouvidor Parlamentar-Geral e pelo Senhor Deputado Amaro Neto (PPS) para o cargo de Ouvidor Parlamentar Substituto.

Vários Senhores Deputados subscreveram a chapa única.

Em votação a chapa única apresentada à Mesa Diretora.

A votação será nominal, sem a utilização do painel eletrônico.

Informo aos Senhores Deputados que à medida que forem sendo chamados pelo 1.º Secretário deverão declinar nos microfones de aparte o seu voto.

Em votação a chapa única apresentada à Mesa Diretora.

Convido o Senhor 1.º Secretário a proceder à chamada dos Senhores Deputados para efeito de votação, esclarecendo que o Senhor 2.º Secretário anotarà e repetirá em voz alta o voto expressado pelo Deputado.

(De acordo com registrado no painel eletrônico, retiram-se os Senhores Deputados Guerino Zanon e Pastor Marcos Mansur)

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhor Deputado Almir Vieira.
(Pausa)

O SR. ALMIR VIEIRA – (PRP) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Almir Vieira vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhor Deputado Amaro Neto.
(Pausa)

O SR. AMARO NETO – (PPS) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Amaro Neto vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhor Deputado Bruno Lamas.
(Pausa)

O SR. BRUNO LAMAS – (PSB) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Bruno Lamas vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhor Deputado Cacau Lorenzoni.
(Pausa)

O SR. CACAU LORENZONI – (PP) – Voto SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhor Deputado Da Vitória. (Pausa)

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Da Vitória vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhor Deputado Dary Pagung.
(Pausa)

O SR. DARY PAGUNG – (PRP) – Senhora Presidenta, tentamos com o Senhor Deputado Da Vitória, com a Mesa Diretora e com o Líder colocar a eleição da Ouvidoria junto com a eleição da Corregedoria, para fazer uma eleição só. Mas, infelizmente, não houve acordo.
Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Dary Pagung.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhor Deputado Doutor Hércules.
(Pausa)

O SR. DOUTOR HÉRCULES – (PMDB) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Doutor Hércules vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto. (Pausa)

O SR. DOUTOR RAFAEL FAVATTO – (PEN) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhor Deputado Edson Magalhães.
(Pausa)

O SR. EDSON MAGALHÃES – (DEM) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Edson Magalhães vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhora Deputada Eliana Dadalto.
(Pausa)

O SR. ELIANA DADALTO – (PTC) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – A Senhora Deputada Eliana Dadalto vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Erick Musso.
(Pausa)

O SR. ERICK MUSSO – (PP) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Erick Musso vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Euclério Sampaio.
(Pausa)

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Euclério Sampaio vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Freitas. (Pausa)

O SR. FREITAS – (PSB) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Freitas vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Gildevan Fernandes.
(Pausa)

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Gildevan Fernandes vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Gilsinho Lopes.
(Pausa)

O SR. GILSINHO LOPES – (PR) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Gilsinho Lopes vota

SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Guerino Zanon. (Pausa)

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Guerino Zanon está ausente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Hudson Leal. (Pausa)

O SR. HUDSON LEAL – (PRP) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Hudson Leal vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhora Deputada Janete de Sá. (Pausa)

A SR.ª JANETE DE SÁ – (PMN) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – A Senhora Deputada Janete de Sá vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhora Deputada Luzia Toledo. (Pausa)

A SR.ª LUZIA TOLEDO – (PMDB) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – A Senhora Deputada Luzia Toledo vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Marcelo Santos. (Pausa)

O SR. MARCELO SANTOS – (PMDB) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Marcelo Santos vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Nunes. (Pausa)

O SR. NUNES – (PT) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Nunes vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Padre Honório. (Pausa)

O SR. PADRE HONÓRIO – (PT) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Padre Honório vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Pastor Marcos Mansur. (Pausa)

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Pastor Marcos Mansur está ausente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Marcos Bruno.

(Pausa)

O SR. MARCOS BRUNO – (PRTB) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Marcos Bruno vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Sergio Majeski.

(Pausa)

O SR. SERGIO MAJESKI – (PSDB) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Sergio Majeski vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhora Deputada Raquel Lessa.

(Pausa)

A SR.ª RAQUEL LESSA – (SD) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – A Senhora Deputada Raquel Lessa vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Rodrigo Coelho.

(Pausa)

O SR. RODRIGO COELHO – (PT) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Rodrigo Coelho vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Sandro Locutor.

(Pausa)

O SR. SANDRO LOCUTOR – (PPS) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Sandro Locutor vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhor Deputado Theodorico Ferraço.

(Pausa)

O SR. THEODORICO FERRAÇO – (DEM) – Voto SIM.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – (CACAU LORENZONI - PP) – O Senhor Deputado Theodorico Ferraço vota SIM.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Senhora Presidenta, votaram favorável à chapa vinte e oito Senhores Deputados.

A SR.ª PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Em face do resultado, declaro eleita a chapa única.

Declaro empossado no cargo de Ouvidor Parlamentar-Geral da Assembleia Legislativa o Senhor Deputado Da Vitória.

Declaro empossado no cargo de Ouvidor Parlamentar Substituto o Senhor Deputado Amaro Neto.

O SR. DA VITÓRIA – Senhora Presidenta, pela ordem! Peço a palavra para justificação de voto.

A SR.ª PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Da

Vitória.

O SR. DA VITÓRIA – (PDT - Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, inicialmente agradecemos aos nossos pares o apoio unânime à nossa eleição de Ouvidor da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Agradecemos ao Senhor Deputado Amaro Neto, nosso Ouvidor Substituto.

Cumprimentamos a sociedade capixaba que nos assiste ao vivo pela TV Ales, nossos profissionais de imprensa presentes e servidores da Casa.

Declarar voto neste momento, além de gratidão, é reafirmar o nosso compromisso com a sociedade. A construção dessa eleição começou em um debate em que alguns criaram adjetivos, chamando-o de extemporâneo e de debate da oposição. Mas afirmamos que este Parlamento é legítimo para falar sobre os anseios da sociedade.

Esta Casa, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, precisa ter comando e V. Ex.^a se senta em uma das cadeiras do comando hoje que teve meu voto, assim como o de todos os Senhores Deputados. Contribuímos com um bom debate, dando condições a todos os Deputados Estaduais de estarem aptos a disputar a Presidência desta Casa.

Somente na Assembleia Legislativa do Espírito Santo o deputado chegava para um novo mandato e não podia ser conduzido à reeleição da Mesa. Era o caso do Senhor Deputado Theodorico Ferraço. Com a proposta de emenda constitucional encabeçada por mim, pelo Senhor Deputado Gilsinho Lopes e outros, colocamos todos os deputados em condições de presidir esta Casa.

Esse debate não poderia ter começado no mês de janeiro porque nem sessão legislativa teríamos para aprovar proposta de emenda constitucional. Então não há debate extemporâneo.

Falar sobre eleição da Mesa Diretora, Senhor Deputado Gildevan Fernandes, Líder do Governo, a partir do momento em que V. Ex.^a ganhou a eleição, credenciado nas urnas, está apto a debater sobre a próxima legislatura desta Casa. Se há orçamento para ser votado ou não, é outra questão. Não dá para se colocar como parâmetro projetos nesta Casa.

Acreditamos que hoje todos compreendem isso, até pela harmonia deste Plenário, pela votação que tivemos da Mesa Diretora, também da Ouvidoria. Por isso, agradecemos mais uma vez a todos os nossos nobres colegas.

A Ouvidoria é um dos instrumentos mais importantes desta Casa porque tem a missão de receber as vozes das ruas, Senhor Deputado Nunes, que tem uma relação direta com os movimentos sociais do nosso Estado, defende o trabalhador no Partido dos Trabalhadores.

Por meio da Ouvidoria podemos fazer um trabalho, não somente de espera das propostas do nosso cidadão, mas um trabalho proativo, no qual possamos criar uma nova identidade para a Ouvidoria, dar condições para que os capixabas saibam que realmente existe uma ouvidoria nesta Casa e que espera ganhar sugestões, proposições, reclamações e denúncias, pois é por meio do Parlamento que a sociedade está representada no seu Estado.

Reafirmamos nosso compromisso de, com muita humildade, Senhor Deputado Theodorico Ferraço, Presidente desta Casa de Leis, pedimos a sua ajuda e dos nobres Deputados, para que possamos estabelecer parcerias com a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, em que toma posse o Senhor Leonardo Oggioni Cavalcanti de Miranda, como Defensor Público-Geral, neste mês de fevereiro; também com o Ministério Público, que tem a missão constitucional de defender o cidadão; com o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas, estabelecendo um *link* entre as nossas Ouvidorias.

No caso da Defensoria Pública, contribuiremos para a criação da Ouvidoria naquela instituição, tendo em vista que ainda que não tem a sua constituição, formatação e instalação. Contribuiremos com a experiência da Procuradoria desta Casa de Leis, cujo Procurador-Geral é o Senhor Julio Cesar Bassini Chamun.

Buscaremos, também, em outras Casas Legislativas, no Senado Federal e na Câmara Federal, que têm uma Ouvidoria que é referência, assim como a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Acreditamos que a vontade é que faz com que o cidadão possa fazer, do que for lhe dado de missão, um bom trabalho.

Senhor Deputado Sergio Majeski, fomos presidente da Comissão de Educação nos quatro anos da legislatura passada. Não somos professor, mas nos consideramos um educador, até por ser pai de quatro filhos. Quem exerceu as ações da Comissão de Educação foi cada cidadão deste Estado que quis contribuir com uma sugestão.

Não será diferente na Ouvidoria a partir desse momento em que V. Ex.^{as} nos credenciaram como Ouvidor-Geral. Vamos para a rua conversar com o cidadão e dizer que esta Casa de Leis tem um gabinete que é chamado de Ouvidoria – com servidores efetivos e comissionados – esperando para que propostas e sugestões sejam trabalhadas nesta Casa Legislativa.

Acreditamos que a Mesa Diretora tomará ações depois de avaliar as propostas que a Ouvidoria recebeu dos nossos capixabas, que têm a vontade de ter uma melhor representatividade da Assembleia Legislativa. Quando o cidadão se sentir ultrajado no seu direito, pode buscar a Ouvidoria, como buscou as ruas. Foram mais de cem mil pessoas, no ano passado, participando dos movimentos.

Senhora Presidenta, finalizamos agradecendo, mais uma vez, a V. Ex.^a e a todos os pares a oportunidade de

ser Ouvidor-Geral desta Casa de Leis. Afirmamos nosso compromisso. Acreditamos que finalizaremos nosso tempo de dois anos como Ouvidor-Geral com muito trabalho realizado e a ser construído junto com os Senhores Deputados. Muito obrigado. **(Muito bem!)**

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – Senhora Presidenta, pela ordem! Peço a palavra para justificação de voto.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, fizemos nesta tarde a eleição da Ouvidoria. Cumprimentamos o Senhor Deputado Da Vitória, um Deputado preparado, com repetidos mandados, que tem capacidade de tocar um dos setores principais da Assembleia Legislativa, que é a Ouvidoria, onde se permite que as pessoas possam trazer as suas reclamações. Haverá um processo de apuração e de encaminhamento dessas reclamações.

A eleição do Senhor Deputado Da Vitória é justa, em função dos relevantes serviços que tem prestado a esta Casa de Leis.

Cumprimentamos, também, como Ouvidor substituto, o Senhor Deputado Amaro Neto, campeão de votos, um radialista eficiente, que já teve a honra de transmitir futebol nas terras francisquenses. Como comunicador de televisão é um mestre, domina com muita capacidade e inteligência o seu programa, cuja audiência é considerada uma das melhores da televisão capixaba. Desse modo, a Ouvidoria tem tudo para acertar e conseguir atingir o seu objetivo principal, que é o de comunicação com a sociedade.

Senhor Deputado Da Vitória, já defendemos junto ao Presidente da Mesa e junto ao Senhor Deputado Cacau Lorenzoni a possibilidade de termos um programa de televisão na TV Ales exclusivamente da Ouvidoria para conferir visibilidade à função dessa estrutura organizacional, permitindo que sejam feitos debates em um programa ao vivo. Desse modo, as pessoas se animarão para virem ao Poder Legislativo participar desses debates transmitidos.

Ainda, todos os deputados, com certeza, serão convidados pelo Ouvidor para participar, para propor ideias e para conhecer os problemas da sociedade. Por muitas vezes, ficamos tratando de problemas que são muito grandes e que precisam de muitos debates, mas o problema da sociedade às vezes é pequeno.

Temos hoje, por exemplo, uma demanda reprimida de onde reclamar e tornar público o abuso que as companhias de telefone fazem com o consumidor ao venderem aparelhos sem ter condições de suportar a manutenção de funcionamento desses; os abusos praticados pela EDP Escelsa que aumenta a conta do consumidor de um mês para o outro absurdamente. Se o aumento de energia será de quarenta por cento, por que uma conta passa de cem reais para duzentos reais? Não entendemos a matemática dessa concessionária.

Pode falar sobre isso o Senhor Deputado Almir Vieira, que administra um dos melhores e mais organizados hospitais do Estado do Espírito Santo. S. Ex.^a conseguiu fazer um trabalho pioneiro em termos de organização e de eficiência. Hoje, o Hospital da Associação dos Servidores Públicos do Espírito Santo dá *show* nos hospitais, inclusive nos particulares da Grande Vitória. Quem administra hospital, sabe que a conta de energia elétrica não subiu só quarenta por cento, mas o dobro, e ninguém explica isso para ninguém.

Cada um de nós pode examinar o talão de energia e verá que esse subiu mais de cem por cento, e sem nenhuma explicação. Imaginem as pessoas que moram..., que são funcionários públicos de nível salarial menor, que são comerciários, pessoas que não têm como reclamar, como se comunicar ou como contratar um advogado!

Senhor Deputado Da Vitória, achamos que V. Ex.^a deve manter essa ideia de fazer convênio com as faculdades, colocar estudantes da área do Direito nesta Casa para podermos receber essa comunidade carente que não pode pagar advogado. Assim, faríamos esse trabalho de graça para eles.

Sabem o que a EDP Escelsa diz para o contribuinte? *Se a sua conta esta alta, pague para depois reclamar ou contrate um advogado.* Como o sujeito que ganha um salário mínimo contratará um advogado para reclamar da famigerada EDP Escelsa? Por isso, temos que criar condições para que isso seja possível gratuitamente para aquelas pessoas que ganham mil, mil e duzentos reais e são roubadas permanentemente pelas prestadoras de serviço.

As telefônicas são as mais autoritárias e as que mais roubam da população. É um absurdo. Ontem, falamos nesta Casa que deveria ser preso o pessoal da ArcelorMittal. Quando falamos isso, todos ficaram desconjurando. Até parece! Por que só se pode prender pobre? A Polícia Federal prendeu agora um monte de bandidos das empreiteiras que estavam roubando a Petrobras.

Temos que trabalhar para um país onde os poderosos, os que roubam a população também sejam presos. A sonegação fiscal, por exemplo, é praticada com insistência, prejudicando o Estado no montante do dobro da arrecadação. Considerando o que o Estado do Espírito Santo arrecada, o dobro dessa arrecadação é de sonegação de pessoas que ficam andando de helicóptero, esnobando com os carros de marcas *Ferrari* e *Mercedes*. São pessoas ricas à custa da sociedade e daquele patrimônio de arrecadação que poderia estar prestando relevante serviço.

Temos necessidade de recurso na saúde. Com essa sonegação, o Estado perde dinheiro que o possibilitaria ter uma rede pública de saúde para atender toda a população com dignidade e presteza, mas o Estado tem dificuldades em função desses que trabalham na clandestinidade, preferindo sonegar a contribuir.

Temos que mudar a legislação do Brasil em muitos aspectos, principalmente no aspecto de que, para arrecadar, se pune a população. É como os Detrans: quando se compra um carro, tem que se pagar o dobro de imposto do valor do carro; há que se pagar uma taxa enorme para regularizar o carro; e ao se circular ocorre a arrecadação de multas. Essas multas, esses radares, esses guinchos, esse pessoal deveria estar preso e estão com concessão do Estado para roubar a população, e ninguém faz nada!

Em relação ao guincho, eu estava na Praia do Canto um dia desses, o bairro dos chiques de Vitória, e um sujeito do interior estacionou. Ele não sabia que tinha que ir até a maquininha da Prefeitura de Vitória. Esse negócio de estacionamento pago tem que ser levantado, porque há muita máfia no meio, tem muito dez por cento aqui, cinco por cento ali, vinte por cento lá. Aquele sujeito parou em um restaurante para almoçar, e teve o seu carro rebocado por um guincho: um caminhãozinho velho, caindo aos pedaços, que lhe cobrou cento e noventa reais para fazer esse transporte, mais a quantidade de multas.

O cidadão brasileiro não tem nem mais o direito de andar na cidade, porque criaram agora o famigerado estacionamento rotativo. E, ainda, para poderem arrecadar de maneira a não gerar empregos, construíram uma maquininha na qual tem que ser depositada uma moeda: tem-se que ser letrado, intelectual e capaz de tudo na vida para conseguir colocar a moeda naquele cofre. O cidadão vem de São Gabriel da Palha, município pequeno, mas próximo; de Linhares, um município melhor, estaciona, mesmo que seja para comprar um jornal na banca, e está sujeito ao guincho da Prefeitura de Vitória.

Temos que trazer as pessoas que são prejudicadas com isso para a Ouvidoria, e dar-lhes advogado para representá-las a fim de acabar com a máfia do guincho e do estacionamento rotativo, que está indo para Guarapari.

O Sr. Edson Magalhães - (DEM) – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS - (PSD) – Concedo um aparte ao Senhor Deputado Edson Magalhães.

O Sr. Edson Magalhães - (DEM) – Agradecemos V. Ex.^a pela colocação.

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Senhor Deputado Edson Magalhães, o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos está justificando seu voto, portanto, não é permitido aparte. V. Ex.^a poderá justificar seu voto, mas não pode apartear.

O Sr. Edson Magalhães - (DEM) – Obrigado.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS - (PSD) – V. Ex.^a é eleito pelo povo, mas não pode fazer um aparte conforme o nosso Regimento Interno. Mas, caso seja amigo do pessoal da Prefeitura, V. Ex.^a não pagará nada para estacionar.

Estamos enjoados dessas regras. Cada dia é criada uma norma para se proibir isso ou aquilo, é tudo proibido. Temos que fazer uma reforma nas leis brasileiras, temos que fazer com que as coisas possam efetivamente acontecer.

Dissemos antes, por que, judicialmente, uma desembargadora dar uma liminar para a cobrança de pedágio voltar. Qual é a base de sustentação legal que S. Ex.^a conseguiu para contrariar o interesse público e dar uma medida que venha a proibir que as pessoas tenham definido se devem pagar o pedágio ou não. A discussão é esta: a ponte já foi paga? Não foi paga? Ninguém sabe. Enquanto ninguém sabe, uma desembargadora dá uma liminar para todos continuarem pagando.

Pensamos que, nós, muito mais do que ficarmos preocupados com tempo e com campanha, temos que partir para a luta, partir para falar: com microfone, sem microfone; sem som, com som; mas temos que acabar com a safadeza do Brasil. **(Muito bem!)**

O SR. MARCELO SANTOS - (PMDB) - Senhora Presidenta, pela ordem! Peço a palavra para justificação de voto.

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Marcelo Santos.

O SR. MARCELO SANTOS - (PMDB - Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhora Deputada Luzia Toledo, que ora preside os trabalhos da Assembleia Legislativa, cumprimentamos o Senhor Deputado Da Vitória, Ouvidor-Geral, e informamos ao Senhor Deputado Amaro Neto, Vice-Ouvidor, que um dia desses substituiremos S. Ex.^a no programa. Daremos umas ripadas lá

também. Cumprimos S. Ex.^a também. Temos uma expectativa muito grande de que será um trabalho bastante ouvido.

Já tendo entrado no tema, queremos fugir um pouco. Hoje, os dois maiores jornais de circulação informaram à população capixaba números, Senhor Deputado Nunes, que são assustadores. Na parte de economia do jornal *A Tribuna*, o título da matéria é: *Drogas e álcool afastam 1.650 empregados dos seus empregos. Números são relativos a profissionais de órgãos públicos e empresas. Vício leva o governo a ter que pagar auxílio-doença*. Está é uma droga lícita. Mas existe também o uso da droga ilícita, que também afasta os empregados do trabalho.

No jornal *A Gazeta*, na coluna Praça Oito, o Vitor Vogas, interino, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, diz no título da sua coluna: *Disputando cada jovem*. A droga disputa, no tapa, no tiro, cada jovem para que faça parte do batalhão de usuários e de quem vai comercializá-la no nosso Estado.

Assumimos hoje os trabalhos da Comissão de Política sobre Drogas. Ao nosso lado, o Senhor Deputado Gilsinho Lopes, nosso Vice-Presidente, delegado de Polícia de carreira, com uma experiência grande e efetiva na Polícia. O nosso trabalho é colaborar com a diminuição desses índices, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos. Índices enormes, assustadores, que chegam até à parte de economia de um jornal e não apenas na parte de política. Além do desarranjo social dentro de casa, eles *batem* na iniciativa privada e no setor público. A consequência é enorme, porque a composição dos servidores e trabalhadores é um mosaico.

O que estamos fazendo e podemos fazer para enfrentar esse drama, esse mal? Senhores Deputados Enivaldo dos Anjos e Amaro Neto, é definitivamente colocar o pé na estrada de um tema delicado, sensível. Devemos ter coragem para enfrentá-lo. Se juramos pela Constituição e pelas leis, devemos ter. Não estamos aqui fazendo favor nenhum a ninguém. É obrigação.

Admiti colocar meu nome à disposição para me eleger Deputado Estadual.

Senhor Deputado Marcos Bruno, muito obrigado por assistir ao nosso pronunciamento, ladeado de mais duas figuras importantes. Mandaremos cópia em DVD para V. Ex.^{as}.

O que adianta estar aqui na Assembleia Legislativa e não exercer o papel de agente fiscalizador, de legislar, e apenas subir na tribuna e fazer grandes e lindos pronunciamentos? A tribuna é importante, porque é a forma que temos de divulgar as nossas ações. Não se vê publicidade da Assembleia Legislativa, como existe do Governo do Estado, das prefeituras e de outros órgãos na mídia. A nossa mídia é espontânea. A maioria das vezes é negativa. Aí temos um canal para mostrar para a sociedade para o que viemos.

Mas, mais do que falar, os nossos atos devem se efetivar. Foi isso que começamos a fazer hoje na Comissão de Política sobre Drogas, Senhor Deputado Almir Vieira. E vamos continuar. Já disparamos ofícios comunicando à Secretaria de Segurança Pública, ao Comandante-Geral da Polícia Militar, ao Chefe de Polícia, ao Secretário de Estado de Educação, de Assistência Social. Em breve, comunicaremos à outra secretaria, inclusive o Senhor Deputado Nunes estará representando-a. Estamos comunicando a todos os comandantes de batalhões, as superintendências regionais de educação e abriremos um debate.

Quais são os problemas que as diretoras de escola enfrentam no seu dia a dia, Senhora Deputada Luzia Toledo? E, na maioria das vezes, essas diretoras têm que se calar. Porque se por acaso se dirigirem à polícia, talvez uma operação policial naquele local, imediatamente faz com que ocorreu no Município de Viana, o professor foi assassinado, como tantos outros.

A Comissão quer colaborar - e não fazer apenas um estardalhaço- e discutir possibilidades. Queremos saber dos prefeitos quais são as áreas de risco social, onde os jovens, principalmente...

Nesse caso, Senhor Deputado Marcos Bruno, cito a nossa cidade, Cariacica, a segunda cidade que mais mata jovens e adolescentes no País. Não é na Grande Vitória, não é no Estado do Espírito Santo, é no País. O nosso *ranking* é negativo. Líder negativo.

Faltam equipamentos públicos que possam garantir a essas crianças, jovens e adolescentes terem uma vida digna; escolas decentes. E, como disse o Senhor Deputado Sergio Majeski, não apenas a estrutura. Dez por cento do PIB brasileiro é consumido para reformar escolas que são depredadas. E aí, esta Comissão, Senhora Deputada Luzia Toledo, vai muito além de uma sessão solene, muito além de uma manifestação na tribuna desta Casa.

Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, discutiremos os problemas passo a passo. Inverter a ordem que foi colocada, de que só o Estado tem culpa; o Estado tem suas culpas sim, Senhor Deputado Da Vitória, mas volto a dizer que a família também tem sua culpa e tem de exercer seu papel diante desse drama.

Como Presidente desta Comissão, coloco-me à disposição, e convido a cada um dos senhores deputados, senhoras deputadas e a cada um que nos assiste através da TV Ales: Enfrentaremos esse problema, mas precisamos dos senhores. Muito obrigado. **(Muito bem!)**

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) – Senhora Presidenta, pela ordem! Queremos fazer um triste comunicado. Faleceu nesta tarde mais uma professora de Escola Pública Estadual, a Senhora Miriã Rocha Tavares Peixoto. Faleceu agora pouco, vítima de um tiro, na Escola Juiz Jairo Matos Pereira, no bairro São Torquato, Vila Velha. Bandidos trocando tiros, e ao sair da escola, junto com a diretora - a Senhora Miriã que era professora de Inglês- foi alvejada e veio a óbito.

Debatemos intensamente o tema violência nas escolas. Fui Presidente da Comissão de Educação e V. Ex.^a

agora é a Presidente dessa Comissão. Em parceria com a Comissão de Política sobre Drogas e com a Comissão de Segurança, precisamos ampliar esse debate para que providências sejam tomadas nas nossas escolas públicas estaduais, municipais e também nas escolas privadas.

Solicitamos a V. Ex.^a que façamos um minuto de silêncio em memória da Professora Miriã Rocha Tavares Peixoto e em homenagem a família pelo sofrimento que está vivenciando nesse momento.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Com pesar dedicamos um minuto de silêncio em memória da Professora Miriã.

Solicito todos que, de pé, façamos um minuto de silêncio. **(Pausa)**

(A Casa presta a homenagem)

A SR.^a JANETE DE SÁ - (PMN) - Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para justificação de voto.

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO- PMDB) - Concedo a palavra a Senhora Deputada Janete de Sá.

A SR.^a JANETE DE SÁ - (PMN- Sem revisão da oradora) - Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, queremos também ser solidária à família da professora Miriã Rocha Tavares Peixoto, da Escola Juiz Jairo de Mattos Pereira, que conhecemos tem uma condição boa e há pouco tempo tinha segurança - não sabemos como a escola se encontra agora -, ser vítima de violência que tanto combatemos. Então, a professora Miriã Rocha Tavares Peixoto precisa muito mais do que um minuto de silêncio nosso; e sim de ações desta Casa no sentido de garantir a segurança do nosso povo.

Assomamos a esta tribuna para justificação de voto sobre a questão da Ouvidoria, mesmo porque parabenizamos o Senhor Deputado Da Vitória, um companheiro competente, leal, que representa o povo nesta Casa há algum tempo. Temos certeza de que S. Ex.^a junto com o Senhor Deputado Amaro Neto, que assume agora o mandato nesta Casa, que também é uma pessoa muito responsável no trato com as questões públicas, com uma visualização muito boa do que acontece no nosso Estado, S. Ex.^{as} darão um bom sentido ao que significa a Ouvidoria da Assembleia Legislativa.

O povo precisa usar mais esses espaços. As pessoas antes de cobrar, de se dizerem às avessas a política, precisam participar mais. E a Ouvidoria é um canal para isso, onde o cidadão capixaba pode emitir sua opinião, pode reclamar, dar sugestões e questionar o deputado. Esse é o espaço de reclamações e de sugestões para melhorarmos nosso trabalho. E temos certeza de que esses dois colegas Deputados farão isso muito bem.

Passando para uma questão, que não é da Ouvidoria, mas estamos atentos com o resultado do nosso Carnaval, parabenizando o Prefeito de Vitória pelo belíssimo Carnaval apresentado; o secretário municipal; o secretário estadual que também trabalhou nessas questões de turismo, cultura, e também contribuiu para que esse Carnaval tivesse o sucesso que teve, tendo a prefeitura como anfitriã desse processo. Parabenizamos também a equipe do nosso Prefeito Luciano Rezende pelo belíssimo Carnaval e todos os moradores da região do bairro Maruípe, do antigo Mulemba, de perto do Quartel, do bairro Santa Marta, pelo belíssimo desfile que a Escola de Samba *Andaraí* apresentou na avenida, o que fez com que fosse campeã do bloco de acesso e ocupasse, já no próximo Carnaval de 2016, o grupo *b* - que é o chamado grupo especial- em que poderá crescer - como já esteve no grupo *a*- e voltar para o espaço do qual nunca deveria ter saído por ser uma grande escola.

Mandamos nosso abraço para o Senhor Lauro, que não sabemos se ainda está puxando o samba da Escola de Samba *Andaraí*, mas S. S.^a foi um dos que participava como intérprete, com uma voz belíssima, nosso amigo de longa data, do bairro Cidade Continental, pelo belíssimo samba que apresenta todos os anos. Parabenizamos também o povo capixaba que está em festa pela brilhante apresentação do nosso Carnaval. **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Finda a Ordem do Dia, passa-se à fase do Grande Expediente, dividido em duas partes: Lideranças Partidárias e Oradores Inscritos.

Concedo a palavra a Líder do PMN, Senhora Deputada Janete de Sá.

A SR.^a JANETE DE SÁ - (PMN - Sem revisão da oradora) - Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, fazendo uso da palavra- não esperávamos falar em nome da liderança do nosso partido - queremos dizer que participamos do bloco, de um trabalho muito grandioso que aconteceu nesta Casa, sob a condução do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, que foi o bloco parlamentar em que as mais diversas siglas partidárias se uniram em um bloco para formar a Mesa Diretora, as comissões permanentes desta Casa e o trabalho para a Corregedoria e para a Ouvidoria. Foi um trabalho grandioso e maduro feito por V. Ex.^a, Deputado Rodrigo Coelho, e por isso ressaltamos nosso agradecimento ao ilustre Parlamentar, pelo equilíbrio, pela postura e pela conduta que teve diante de todos os colegas. Muitas vezes nem sempre as coisas saem como queremos, Senhor

Deputado Rodrigo Coelho. Mas V. Ex.^a foi um campeão. Desculpe-nos se tudo não saiu do jeitinho que V. Ex.^a queria, pois os Deputados também têm o direito de rever sua posição e observar como devem conduzir as questões na Casa. É um direito. Não queremos crucificar nenhum colega por tomar atitudes que consideramos as mais adequadas, mesmo porque a imprensa não para e, muitas vezes, ela diz coisas que nos fazem refletir e isso pode fazer com que mudemos de posição e de opinião em determinados momentos de nossa caminhada. Deixamos claro e ressaltamos que o trabalho do Senhor Deputado Rodrigo Coelho foi grandioso.

Nesta Casa, tanto os deputados que têm um pouco mais de tempo, como aqueles que estão chegando agora, não tem ninguém inexperiente. Todos demonstraram uma maturidade enorme, abrindo mão de posições; recuando, muitas vezes; dando uma passada à frente; ouvindo os colegas e respeitando profundamente a opinião de cada um para que pudéssemos construir o consenso. Senhora Deputada Raquel Lessa, disso aconteceu essa composição frutuosa, da qual temos uma Mesa, hoje, que consideramos nos representar e da qual temos, de cada comissão, companheiros que foram votados por unanimidade por cada um. Daremos prosseguimento a esse trabalho que, com certeza, será na mesma linha do respeito. No mínimo, é isso que a população espera dos deputados, ou seja, uma Casa que se respeita e que os colegas são parceiros um do outro. Uma Casa que ouve, com certeza, tem condições de representar melhor a população capixaba que espera muito dos Parlamentares. A população espera coisas que muitas vezes não somos capazes de fazer porque não está nas mãos do Parlamentar e não é de sua alçada. Ou seja, temos muito mais de fiscalizar as ações do Governo. Muitas vezes, as pessoas até confundem a nossa ação, tamanha é a ansiedade por justiça e em ver a lei de fato ser cumprida na prática. Existe toda essa pressão sobre os Parlamentares. Mas não temos dúvidas de que, pelo andar dos primeiros trabalhos que estão acontecendo nesta Casa, esta Assembleia Legislativa, com essa composição, dará muitos bons resultados. Acreditamos sim nas CPIs que estamos ingressando nesta Casa, que não são feitas para matar ou destruir ninguém, mas sim para trazer o equilíbrio e para que possa haver o crescimento e o desenvolvimento com saúde e de maneira sustentável. É o que queremos, Deputados, e é o que a população espera de nós.

Acreditamos também que todas as Frentes que estamos criando nesta Casa têm também o propósito de dar respostas à população. Acabamos de entrar com uma frente parlamentar que investigará os preços dos combustíveis depois do decreto do Governo Federal no dia 27 de janeiro de 2015, que aumentou as alíquotas de impostos que incidem sobre os preços dos combustíveis. Infelizmente, os preços dispararam em nosso Estado. O preço da gasolina que, na bomba, tem que chegar a três reais e vinte e nove centavos, no máximo, há lugares em que vemos chegar a três reais e cinquenta e nove centavos ou a três reais e sessenta e nove centavos nos postos de combustível. É um preço abusivo e caracterizado de cartel na Grande Vitória porque vemos que a gasolina não difere de uma bomba para outra ou de um posto de combustível para outro. No entanto, quando andamos um pouquinho e vamos ao interior, verificamos que o preço é muito menor porque não participou do cartel que existe, infelizmente, em cima dos preços do combustível na Grande Vitória.

Esperamos que a frente parlamentar que estamos criando nesta Casa coíba o abuso daqueles que se aproveitam de situações de aumento de preço para acabar extorquindo, usurpando o consumidor. Aremos seriedade e correremos atrás para coibir, de fato, os preços da gasolina, que já são elevadíssimos na América Latina. O Brasil tem um dos preços mais elevados; que o preço possa diminuir e jamais seja superior ao teto estabelecido pelo Governo Federal que é de três reais e vinte e nove centavos.

Estamos entrando com diversas ações no sentido de coibir a violência familiar e doméstica contra as mulheres no Estado do Espírito Santo. Temos visto uma mulher atrás da outra sendo vítima da violência. Agora mesmo, acabou de ser anunciado neste Plenário que a professora Miriã Rocha Tavares Peixoto acabou de ser vítima de uma bala perdida. Poderia ser um homem, mas foi uma professora, pois a maioria das mulheres são professoras. Há um número muito grande de mulheres professoras que se sujeitam a ganhar mal para trazer educação para os filhos dos brasileiros, para a casa de cada um dos brasileiros. No entanto, outra mulher, mais uma vítima da violência.

Senhora Deputada Luzia Toledo, trabalharemos *pesado* em relação a essa matéria porque essa estatística volumosa no Estado do Espírito Santo é inadmissível. A mulher continua cada vez mais sendo vítima de seus maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros, namorados e até de filhos. Recentemente, um filho de quarenta e cinco anos estuprou a mãe de oitenta anos. Isso é um absurdo! Aonde estamos chegando? Chegamos a esse tipo de violência absurda: um filho drogado estuprar uma mãe de oitenta anos de idade. Isso tem que acabar! Temos que dar jeito nisso. É inadmissível o nível de violência que as mulheres têm sido vítimas em nosso Estado. Temos que tomar uma atitude nesta Casa, Senhoras Deputadas Luzia Toledo, Raquel Lessa e Eliana Dadalto, temos que nos unir fortemente, temos que formar a *Bancada do Baton* para darmos fim a essa violência que envergonha todas nós, mulheres. Violência que tem trazido tristeza e desamparos a muitos lares capixabas, que veem mulheres ainda jovens, crianças e de todas as idades tendo suas vidas ceifadas por conta dessa violência.

Também queremos dar um resultado e falar de coisas boas porque já falamos de violência, de preços abusivos dos combustíveis e de tantas outras questões, não poderíamos deixar de dizer que também estamos entrando com algumas medidas para as mulheres nesta Casa. Uma delas será a *sala lilás*. Uma sala em todas as repartições dos Institutos Médicos Legais no Estado do Espírito Santo, onde são feitos os exames nos casos de estupro, espancamentos, mortes, exames de corpo de delito, exames cadavéricos e tantos outros. Para que a mulher

tenha uma sala especial, uma sala lilás, que esteja composta por mulheres que possam acompanhá-la nesses exames que já trazem a ela tanto constrangimento e para que ela seja atendida por pessoas em um ambiente mais preparado, já que os IML's normalmente são locais que jamais gostamos de entrar, pois sabemos que aquele é um local de morte, de dor e de sofrimento. Normalmente é um local que não tem todo um preparo para receber uma pessoa nessa condição. Por isso estamos elaborando o projeto da *sala lilás* e pedimos aos nossos colegas que nos acompanhem nesse sentido para introduzirmos em nosso Estado a *sala lilás* no IML para atendimento especializado à mulher. E também a patrulha feminina da Lei Maria da Penha para termos patrulhas formadas por mulheres e homens de equipes preparadas para o atendimento rápido e diferenciado à mulher que é vítima de violência.

Estamos entrando com essas medidas no sentido de também amparar às mulheres e de coibir a ação dos agressores que normalmente são pessoas muito próximas, são pessoas ligadas a essa mulher. Dando a ela condição de não precisar voltar para junto do agressor e que ela não tenha que voltar para o mesmo ambiente e possa ser amparada, cuidada e ter um atendimento especializado em um momento de dificuldade, como é o momento de agressão.

Aproveitamos a oportunidade para dar a notícia que a escola de samba que tem como presidenta a Senhora Neuzinha de Oliveira, Vereadora pelo Município de Vitória, *Pega no Samba*, voltará para o grupo A do Carnaval capixaba, Senhora Deputada Luzia Toledo.

Parabéns ao pessoal do morro de Vitória, dos bairros de Consolação e do Horto, que apoia o trabalho da Neuzinha! Parabéns a todos que participaram dos desfiles de Carnaval da escola *Pega no Samba*! Parabéns pelo grandioso resultado que está levando a escola novamente ao lugar do qual não deveria ter saído, que é o grupo especial, o grupo A dos desfiles das escolas de samba do Estado do Espírito Santo! Um abraço em todos! **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Passo a presidência dos trabalhos ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos. **(Pausa)**

O SR. PRESIDENTE - (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Assumo a presidência dos trabalhos neste momento para dar continuidade ao rito da sessão.

Findo o tempo destinado às Lideranças Partidárias, concedo a palavra à Senhora Deputada Luzia Toledo, oradora inscrita.

A SR.^a LUZIA TOLEDO – (PMDB – Sem revisão da oradora) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, aproveitamos a oportunidade para lembrar de um deputado que se foi no ano passado e que, na verdade, era o padrinho, juntamente com esta Deputada do Conselho Tutelar do Estado do Espírito Santo. Referimo-nos ao Senhor Glauber Coelho.

O Conselho Tutelar do Estado do Espírito Santo pediu a esta Deputada que lesse uma nota de pesar. Um segmento tão importante para a sociedade é o Conselho Tutelar. Demos luz ao trabalho que esses conselheiros vêm fazendo no Estado do Espírito Santo e no Brasil.

No Estado do Espírito Santo, conseguimos que os prefeitos entendessem o valor do trabalho dessas pessoas, Senhora Deputada Janete de Sá.

A Sr.^a Janete de Sá – (PMN) – Senhora Deputada Luzia Toledo, aproveitamos a oportunidade para lembrar que nosso servidor Alan Lirio de Moraes faz, neste dia, vinte e quatro anos. Parabéns, Alan, colaborador nosso do Plenário.

A SR.^a LUZIA TOLEDO – (PMDB) – O nosso *Pelezinho*.

A Sr.^a Janete de Sá – (PMN) – Levante-se, Pelé! Focalizem o Pelé para o povo ver quem é o Alan. Valeu. Parabéns!

A SR.^a LUZIA TOLEDO – (PMDB) – Parabéns!

Pois bem, em nome da Associação de Conselheiros Tutelares do Estado do Espírito Santo leremos a presente nota de pesar:

A Associação de Conselheiros Tutelares do Estado do Espírito Santo vem, através de sua presidente, publicar nota de pesar pelos conselheiros tutelares mortos em Poção, PE. É com grande consternação e perplexidade que a Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado do Espírito Santo lamenta o falecimento dos conselheiros tutelares de Poção, Cidade no Agreste de Pernambuco: Lindenberg Vasconcelos, Carmem Lúcia e Daniel Farias, assassinados covardemente enquanto realizavam o cumprimento de suas funções. E da Sr.^a Ana

Rita Venâncio, avó materna da criança que estava sob proteção dos três conselheiros defensores dos direitos da infância e juventude, também faleceu na ocasião.

A ACTEES se une à força-tarefa das entidades e órgãos públicos no esclarecimento do caso, e promove chamamento à classe para que, em cada município capixaba, o Conselho Tutelar convide autoridades locais para uma audiência pública, com adesão dos associados e representantes capixabas, para tratar das questões inerentes à segurança pública e o exercício seguro da função de conselheiro tutelar, como preconiza o art. 136 do Estatuto da Criança e Adolescente.

Neste momento de dor e pesar, a ACTEES roga a Deus que conforte os corações de todos os envolvidos. Ainda na data, em homenagem aos colegas mortos, em cada município capixaba.

Os Conselhos Tutelares em todo o país e demais defensores dos direitos da criança e do adolescente, assim, prestam suas condolências aos familiares e amigos dessa honrada equipe que, por anos de efetivo compromisso social e dedicação à sociedade, deixa belíssimo exemplo de comprometimento com as causas da infância. No ensejo de que sejam encontradas as necessárias soluções para ampliar a segurança dos conselheiros tutelares em atividade no Estado do Espírito Santo e no Brasil, conclamamos as autoridades competentes que façam cumprir a norma vigente, a fim de evitar novas tragédias aos defensores do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8069/90.

Respeitosamente,

Vitória, 07 de fevereiro de 2015.

*Marli Helms Demuner – Presidente da ACTEES
Representante do FCNCT- ES*

Nesta tarde, quem prestou atenção aos pronunciamentos das Senhoras Deputadas e dos Senhores Deputados percebeu claramente que praticamente falamos sobre a questão da violência que assola o País e o Estado do Espírito Santo.

Acabamos de ler sobre três assassinatos de conselheiros tutelares em Pernambuco, mas isso está sendo uma tônica no Brasil inteiro. Fizemos um minuto de silêncio em memória da Professora Miriã Rocha Tavares Peixoto. Da mesma forma que essa professora, outras também estão tendo a vida ceifada por causa da violência, da bala perdida e da violência doméstica.

Tratamos sobre a violência doméstica nesta Casa. Desde o nosso primeiro mandato falamos sobre isso. Senhor Deputado Padre Honório, todos os anos fazemos o Fórum de Políticas Públicas para a Mulher, este ano será no dia 25 de março, em comemoração ao *Dia Internacional da Mulher*, dia 08 de março. Nesta Casa teremos mais um fórum *tirando* a Carta do Espírito Santo, para a entregarmos mais uma vez ao Senhor Governador Paulo Hartung, assim como fizemos ao ex-governador que saiu recentemente.

Como bem disse os Senhores Deputados Marcelo Santos, Janete de Sá e todos os outros que estão falando sobre a violência, queremos, desejamos muito que todos os jovens Deputados que estão chegando a esta Casa, trabalhem.

Senhor Deputado Erick Musso, V. Ex.^a foi nosso colega de ficar do lado de lá, mas hoje é um Deputado eleito. Precisamos de sangue novo, da juventude, que realmente trabalhemos em conjunto em todas as comissões. Presidimos a Comissão de Educação, mas não é apenas essa comissão.

Esta Casa é o espelho da sociedade e reflete o que ela está precisando. Por isso, endossamos as palavras dos colegas que nos antecederam, dizendo que não podemos ficar silentes. Temos que montar um grupo de trabalho independente de siglas partidárias ou de comissões A ou B, porque isso não interessa. O que interessa é que temos que mostrar para a sociedade deste Estado maravilhoso, abençoado até no nome, Espírito Santo, que vamos vencer toda violência, seja ela contra os jovens ou contra a mulher.

A violência doméstica no Estado hoje é uma vergonha, mas não é pela falta da posição dos Parlamentares desta Casa, pela falta do nosso trabalho ou pela falta do trabalho do Governo, do atual e do que passou. Lutamos juntos, mas ainda assim não conseguimos debelar esse mal que assola o Estado do Espírito Santo e o Brasil.

Estamos nos aproximando do mês de março, quando comemoramos no dia 8 o *Dia Internacional da Mulher*. Não temos muito que comemorar, mas temos muito que discutir, trazendo a esta Casa pessoas que tenham mais informação. Nesse sentido traremos a Senhora Helena Delamonica, professora e doutora em Belo Horizonte, que se Deus quiser abrirá nosso fórum, no dia 25 de março.

Muito Obrigada, Senhor Presidente. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE - (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Hércules, orador inscrito.

O SR. DOUTOR HÉRCULES – (PMDB - Sem revisão do orador) – Senhor Presidente Enivaldo dos Anjos, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados ainda presentes no Plenário, iniciamos nosso pronunciamento lamentando a morte da Professora Miriã Rocha Tavares Peixoto, ocorrida em São Torquato, na nossa cidade.

Hoje o Secretário de Segurança fez uma declaração das mais inteligentes: não vai se resolver o problema da violência prendendo ou matando, porque o caminho não é esse.

O saudoso Professor Jader Coelho, tio do nosso saudoso Deputado Glauber Coelho, sempre tão esquecido por nós, que era um deputado pontual, assíduo e que infelizmente nos deixou tão cedo, já dizia que é preciso começar a trabalhar a educação agora, Senhores Deputados Marcos Bruno e Sergio Majeski, nossos professores. Nenhum país do mundo saiu do ostracismo, da ignorância, da violência, da dependência econômica, se não por meio da educação, que é a maior riqueza que se pode ter e que ninguém toma.

Se não investirmos nas crianças hoje, para ter um resultado daqui a vinte ou trinta anos, não resolverá. Não tem cemitério e nem cadeia onde caibam tantas pessoas, estamos *enxugando gelo*. É preciso começar hoje o que já deveria ter sido começado há muitos anos, mas infelizmente neste país a educação não é a prioridade.

Felizmente o Senhor governador Paulo Hartung tem feito um trabalho com o Secretário de Educação, Senhor Haroldo Corrêa Rocha, no sentido de melhorar a educação, com escolas em tempo integral. Mas é preciso começar da creche também, com o apoio dos prefeitos dos municípios. Inclusive encontramos hoje com o Senhor Prefeito Henrique Vargas, nosso colega duas vezes, médico e que já foi Deputado junto conosco, e falamos com S. Ex.^a sobre essa questão da creche em tempo integral.

Senhor Deputado Gilsinho Lopes, aproveitamos para informar que a escola de samba *Pega no Samba*, do bairro da Consolação, uma escola que ajudamos, conquistou o título do Grupo B do carnaval capixaba e terá acesso ao grupo principal. Parabenzamos o Senhor Alex Santos, conhecido como Cacique, Presidente da escola, e sua esposa, Senhora Jordana Catarina, rainha da escola; o Senhor Rafael Nunes Correa, do nosso gabinete; o Senhor Gabriel Sardenberg, que ajudou muito a escola; e o Senhor Sandro Rosa, que também trabalha no nosso gabinete e que carregou o piano.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao Senhor Américo Bernardo da Silveira Filho, que cedeu, por preço módico, um galpão de mil e setecentos metros quadrados, no bairro Divino Espírito Santo, Município de Vila Velha, para que a escola *Pega no Samba* pudesse confeccionar todas as suas alegorias e ficasse abrigada, principalmente nos dias de chuva. É um agradecimento sensibilizado ao Senhor Américo da Silveira Filho, por ter ajudado tanto a escola *Pega no Samba*.

A apuração das escolas do primeiro grupo está acontecendo neste momento e estão empatadas as escolas *Unidos de Jucutuquara*, de Vitória, e *MUG - Mocidade Unida da Glória*, de Vila Velha. Que vença a melhor escola. O importante é que o Estado do Espírito Santo teve um carnaval admirável.

Parabenzamos o Senhor Luciano Rezende, Prefeito do Município de Vitória, pelo apoio que deu ao Governo do Estado do Espírito Santo e à equipe de TV. Estivemos no camarote do nosso amigo, o Senhor Rui Baromeu, presidente da Rede *Sim/Record News*, que fez um trabalho admirável nessa rede. Enfim, parabenzamos todas as redes de televisão que ajudaram no carnaval do Estado do Espírito Santo, que desde 2014 tem sido levado ao mundo inteiro por meio da Rede Bandeirantes de televisão.

Mais uma vez parabenzamos o Senhor Cacique e todos os componentes da escola *Pega no Samba*. Como ainda não temos o resultado da escola campeã do Grupo A, antecipamos os parabéns à escola vencedora.

Quem venceu, na verdade, foi o povo. Gostamos do carnaval e muitos gostam. Por isso aproveitamos a oportunidade para mais uma vez convidar o povo a comparecer, no domingo e na terça-feira, na Barra do Jucu, para participar do *Bloco Surpresa* de carnaval. Estaremos presente para ajudar e prestigiar o carnaval da Barra do Jucu. Obrigado. **(Muito bem!)**

(Retira-se momentaneamente o Senhor Deputado Marcelo Santos)

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Marcelo Santos, orador inscrito. **(Pausa)**

Ausente, concedo-a ao Senhor Deputado Gilsinho Lopes, orador inscrito.

O SR. GILSINHO LOPES – Senhor Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Tendo S. Ex.^a declinado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Freitas, orador inscrito. **(Pausa)**

O SR. FREITAS – (PSB) – Senhor Presidente, se V. Ex.^a estiver inscrito imediatamente após a nossa fala, declinaremos da palavra para que V. Ex.^a fale.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Agradecemos o gesto, mas preferimos ficar escutando, assim aprenderemos muito mais.

O SR. FREITAS – (PSB – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, boa-tarde. Gostaríamos de cumprimentar uma deputada, mas não estamos vendo nenhuma Deputada presente no momento.

Senhor Deputado Almir Vieira, precisamos também repercutir a morte dessa professora.

No ano passado, Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto, fazíamos questão de sempre falar desta tribuna sobre a falta de punição. Todo país tem um regulamento, uma lei.

Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, V. Ex.^a tem discursado nesta Casa e tem pedido punição. E gostaríamos de saber qual é a previsão de punição em nosso País.

Também somos altamente favoráveis a investir, cada vez mais, e o quanto puder, na educação. Começar a formar as nossas crianças a partir do fim da amamentação. Que não falte jamais, Senhor Deputado Padre Honório, creche para nenhuma criança nos nossos municípios. Que haja acesso à graduação, à universidade, a todo jovem e adolescente que lá chegar. Como chegou muito bem um rapaz de quatorze anos, a quem chamaremos de rapaz porque já tem maturidade para entrar na universidade e para fazer uma graduação de medicina na escola pública. Então, que haja acesso à educação para todos que a buscam.

Mas, em hipótese nenhuma, não podemos deixar de pedir, de implorar e de nos manifestar para que haja punição neste País, que só é o que é em função da impunidade. Não se tem punição.

Discursávamos nesta Casa, no ano passado, quando da morte de uma menina de dezessete anos. Um homicídio violento imposto pelo namorado. E sessenta dias depois do ocorrido, uma juíza da Grande Vitória colocou o rapaz, de dezenove anos, que foi violento, frio e calculista, em liberdade. Sessenta dias depois, no Município de Vila Velha, Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto, uma juíza aloca o despacho colocando esse rapaz em liberdade por ser réu primário, por ter endereço fixo, dizendo ainda o texto de S. Ex.^a: *por não oferecer risco à sociedade*. Como não oferece risco à sociedade?

A falta de punição é um incentivo à violência. Só dar acesso à educação não basta. Afinal, o que vemos hoje de trote em calouros, que estão entrando para a universidade, nos primeiros dias de estudo! Estão ingressando na universidade e cometendo homicídios e estupros.

Será que só o investimento na área da Educação... De que forma que está sendo feita esta educação? E não tem punição. Não vamos nunca, em hipótese nenhuma fazer apologia à sentença fatal, à pena de morte. Não somos menino e nem irresponsável para isso. Mas quando se tem uma previsão de legislação, ela tem que ser cumprida. Do contrário estar-se-á afrouxando essa legislação e permitindo que ela seja tolhida à *posteriori*.

Percebemos o nosso País, a nossa Presidenta da República fazendo um movimento forte junto à Indonésia para que não fosse cumprida a legislação daquele País. Queremos ver quais serão os próximos brasileiros que entrarão na Indonésia portando drogas. E ficou claro para o nosso País que não era a primeira vez que aquele rapaz entrava naquele País com drogas. Mas a partir do momento que foi recolhido teve que sofrer a penalidade máxima daquele País, prevista para aquele caso.

Temos que concordar com o ocorrido. O País tem uma regra e esta regra precisa ser colocada em prática. Do contrário será um incentivo à violência, à repetição dos fatos.

No nosso País não se cumpre regras. A pessoa faz e fica por isso mesmo. E dessa maneira cria-se um incentivo ao erro.

Vimos, neste final de semana, no estádio do Palmeiras, um vandalismo total. Um número interessante de vândalos foi preso, foi recolhido, e imediatamente depois foi posto em liberdade, foi relaxada a prisão. Domingo que vem estarão novamente fazendo esse mesmo ato violento. A falta de punição é um incentivo à violência.

Enquanto não houver punição severa para quem comete homicídio, para quem comete violência, para os fora da lei, não dá para imaginar que o índice de violência irá cair. E tantos recursos que os bandidos e os fora da lei têm.

Concedo um aparte ao Senhor Deputado Padre Honório.

O Sr. Padre Honório - (PT) - Parabenizamos o Senhor Deputado Freitas por seu pronunciamento. Entendemos que a punição é fator primordial, mas nos preocupamos muito porque não temos, nem no Estado nem no País, nenhum programa permanente de esporte, cultura e lazer.

Nas comunidades periféricas, principalmente nos finais de semana, não se vê nenhum programa de saúde, esporte e lazer oportunizando crianças, jovens e adultos a participarem de atividades mais saudáveis. No entanto, encontra-se, pela manhã, tarde e noite, botecos e boca de fumo. Botecos e boca de fumo, a qualquer hora, em qualquer momento.

Temos em nossos municípios a dificuldade por parte de nossos gestores de entender que a questão das drogas e da criminalidade se combate com a punição, mas pode-se fazer também a prevenção, que é mais eficiente e mais eficaz. Ficamos muito preocupado porque a sociedade que produz os delinquentes é a mesma sociedade que tem dificuldade, depois, de os reencaminhar.

Temos escutado muito, nesta Casa de Leis, a reflexão sobre as drogas e vários outros assuntos, e isto é importante. A cada fala e cada pronunciamento temos aprendido muito. Acreditamos que precisamos, sim, trabalhar para que a punição seja mais rigorosa, mas ao tempo precisamos investir, com seriedade, na prevenção.

O mesmo gestor que diz que não pode manter uma escolinha de futebol; que diz que não pode apoiar uma ação de cultura, um grupo cultural em seu município; que às vezes não consegue em seu município um ônibus de transporte; esse mesmo gestor por vezes gasta duzentos mil, um milhão, dois milhões com uma festa que faz apologia ao sexo e às drogas.

É preciso rever esses conceitos e ter a oportunidade de levar à Casa e também aos nossos gestores municipais, estaduais e federais, que se construirmos um milhão de cadeias, se introduzirmos a pena de morte ou diminuirmos a idade penal não conseguiremos alcançar o que buscamos se não fizermos a prevenção.

Não podemos acusar apenas aqueles que cometem crimes. Sim, precisamos puni-los, mas temos que dar oportunidade às crianças, jovens e adolescentes. Afinal, ninguém nasce assassino, ninguém nasce traficante.

Parabenizamos V. Ex.^a, Senhor Deputado Freitas, por seu pronunciamento. E colocamos esta contribuição para reflexão, a de que precisamos, urgentemente, prevenir para que haja menos crimes em nosso Estado e em nosso País.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. FREITAS – (PSB) – Agradecemos a participação, Senhor Deputado Padre Honório. Ela contribui com a reflexão. V. Ex.^a concordou que é necessária a previsão de punição e o cumprimento da legislação para punir. V. Ex.^a vai ao encontro da nossa fala quando diz que as políticas públicas inclusivas carecem de mais investimento. É fato e é verdade! Estamos muito carentes delas. Mas as políticas públicas inclusivas não substituem, em hipótese alguma, a penalização, a punição.

O Senhor Deputado Marcelo Santos citou ontem um fato que mostra a falta de educação na base deste ente, que é a família. Quando o pai coloca a mão num copo de cerveja, envia o dedo na boca da criança com dois anos de idade e acha graça, a própria família está educando para o mal. Depois pensamos que são necessárias muitas políticas públicas. Mas, em hipótese alguma, pode deixar de ter a punição. As duas coisas precisam caminhar juntas.

Demos o exemplo dos trotes universitários, que têm acontecido com muita frequência. Está se cometendo uma violência muito grande. Acreditamos que quem está dentro da universidade, principalmente na USP, Universidade de São Paulo, uma das melhores do País, teve uma base educacional. Senão não estaria lá. Aquele que comete um homicídio lá dentro, o que está sendo com uma frequência muito grande, teve primeiro uma base extraordinária de educação, muito provavelmente de entretenimento, de lazer. Ele está numa das melhores universidades federais do País e está cometendo homicídio em função de não ter punição. Muito obrigado. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto, orador inscrito.

O SR. DOUTOR HÉRCULES - (PMDB) – Senhor Presidente, pela ordem! Pedimos ao Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto que nos permita só fazer um comunicado antes que S. Ex.^a comece a sua fala.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Vamos aguardar S. Ex.^a autorizar. Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto, V. Ex.^a autoriza?

O SR. DOUTOR RAFAEL FAVATTO - (PEN) – Para o Deputado mais idoso do Plenário, com certeza.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhor Deputado Doutor Hércules, V. Ex.^a está autorizado.

O SR. DOUTOR HÉRCULES - (PMDB) – No Plenário, porque, na verdade, o mais idoso é o velhinho Theodorico Ferraço.

Comunicamos que a MUG, escola de Vila Velha, acabou de ser campeã. Em segundo lugar ficou a Unidos de Jucutuquara e em terceiro, a Boa Vista. Parabéns a todos os componentes da MUG e ao povo de Vila Velha também.

Parabéns mais uma vez à escola Pega no Samba, ao Senhor Alex Santos, conhecido como Cacique, e à Jordana Catarina, sua esposa, rainha da bateria, que também ganhou o primeiro lugar no grupo B e é a escola que subirá para o grupo A. Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto.

O SR. DOUTOR RAFAEL FAVATTO - (PEN - Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, agradecemos ao Senhor Deputado Doutor Hércules, pois iremos também homenagear a MUG, campeã do Carnaval Capixaba este ano, e todas as escolas participantes pelo brilhante desempenho, pela brilhante festa proporcionada ao povo capixaba. Quem ganha é a cultura, o entretenimento. Com certeza, esta festa capixaba está evoluindo a cada ano com a participação de todos os municípios e com Vitória sediando o Carnaval Capixaba, com o desfile das escolas de samba.

Gostaríamos também de oferecer um conforto à família da professora Mirian Rocha Tavares Peixoto, de São Torquato. Que Deus abençoe a cada um dos seus familiares diante desta perda lastimável.

O discurso do Senhor Deputado Freitas foi muito benfeito. Precisamos dar mais educação, no entanto em casa também. Em casa, conferimos educação. Na escola, é a sabedoria. O professor não está lá para educar, para dar educação. Ele está lá para ensinar. Mas a educação vem de berço. O pai e a mãe devem ensinar os limites àquela criança, ensinar os limites aos filhos. O professor não está lá para pôr limites nas crianças. Está lá para educar, ensinar, levar conhecimento, formar um cidadão. Em casa, devemos dar limites aos nossos filhos. Ensinar o que é certo e o que é errado, respeitar os mais velhos.

Parabenizamos o Senhor Deputado Da Vitória pela eleição de Ouvidor-Geral. Sabemos do seu projeto, que será brilhante na Casa. Conte com a nossa participação.

Aproveitamos o momento para parabenizar o Doutor Márcio de Oliveira Almeida, eleito novamente Presidente da Unimed-Vitória, pelo trabalho. Informamos que como membro da CPI do Pó Preto pediremos ao Doutor Márcio, juntamente com os médicos pneumologistas e alergistas da cooperativa, que nos auxiliem no trabalho da CPI, e assim possamos dar uma ênfase da parte médica na CPI, juntamente com o Senhor Deputado Doutor Hércules, Presidente da Comissão de Saúde e participará da CPI, e o Senhor Deputado Nunes, da Comissão de Defesa da Cidadania. Convocaremos as Comissões de Saúde e de Defesa da Cidadania para juntas participarem. Também convidaremos o Senhor Deputado Gilsinho Lopes para participar.

Agradecemos ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos a fala de hoje. Com certeza estaremos empenhados a dar uma resposta ao nosso povo capixaba. Este é o nosso objetivo.

Com certeza as empresas poluidoras terão de responder à Justiça. Como o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos disse, não temos o poder de polícia, de prender. Temos o poder de convocar para prestar esclarecimentos. Mas, temos a real necessidade de encaminhar o relatório da CPI ao Ministério Público, para que tome as providências necessárias e seja resolvido de uma vez por todas esse problema que atinge a Grande Vitória, as nossas crianças e atinge em cheio a saúde do povo capixaba. Muito obrigado. **(Muito bem!)**

(Retiram-se momentaneamente os Senhores Deputados Eliana Dadalto, Raquel Lessa e Sergio Majeski)

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) - Concedo a palavra à Senhora Deputada Eliana Dadalto, oradora inscrita. **(Pausa)**

Ausente, concedo-a ao Senhor Deputado Sergio Majeski, orador inscrito. **(Pausa)**

Ausente, concedo-a Senhora Deputada Raquel Lessa, oradora inscrita. **(Pausa)**

Ausente, concedo-a ao Senhor Deputado Da Vitória, orador inscrito.

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) - Senhor Presidente, declino.

(Comparece o Senhor Deputado Guerino Zanon)

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) - Tendo S. Ex.^a declinado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Padre Honório.

O SR. PADRE HONÓRIO – (PT – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, primeiramente agradecemos a Deus a oportunidade de fazer parte desta Casa tão importante. Ao mesmo tempo, pedimos a Deus que nos dê sabedoria e que sejamos capazes de representar bem as pessoas do nosso Estado.

Agradecemos aos servidores desta Casa, aos servidores da TV Ales, na pessoa do Senhor Marcelo Bozio, com sua educação, e todos que trabalham nesse veículo de comunicação tão importante.

Tenho trinta anos de ministério e nunca encontrei tanta gente educada, disposta a servir, com simplicidade, com educação, como encontrei nesta Casa. Por isso, agradeço em nome dos Senhores Paulo Marcos Lemos e José Maria Pimenta a todos aqueles que nos servem. Agradeço e peço a Deus que os abençoe sempre.

Agradecemos também à assessoria do nosso mandato, pois sem a presença dela não conseguiríamos levar o nosso mandato com tanta produtividade.

Agradecemos também aos companheiros do gabinete do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, que durante mais de um mês acolheram alguns dos nossos voluntários para que pudessem aprender alguma coisa.

Agradecemos ao Senhor Deputado Freitas a oportunidade do aparte. Gostaríamos sempre de ter oportunidade de trabalharmos bem esse assunto. Precisamos aprofundar muito isso, Deputado. Tem muita coisa errada e precisamos aprofundar esse debate.

Agradecemos também ao Senhor Presidente Enivaldo dos Anjos que hoje nos deu oportunidade de compor a Mesa e ao mesmo tempo tem feito essas reflexões tão produtivas.

Senhor Presidente Enivaldo dos Anjos, talvez agora as pessoas não deem muito crédito, mas muitos crimes foram investigados porque existiram pessoas que refletiram. Uma hora alguém tinha que *acordar*.

Gostaríamos hoje de assomar a esta tribuna para dizer a V. Ex.^{as} que durante esse período eleitoral e também o pré-eleitoral percebemos que o povo acredita muito na política. Em qualquer lugar que marcamos uma reflexão, encontramos pessoas que acreditam que algo de novo possa acontecer.

Percebemos durante todo o período que esse povo carrega no coração uma esperança muito grande porque sabe que é por intermédio de decisão política que melhoraremos a saúde, a educação, a agricultura.

Percebemos que no Estado e no País existem muitos recursos sendo jogados fora por falta da gestão administrativa nos municípios do Estado e também na União. E, por isso, os agentes políticos vão perdendo a credibilidade pela má gestão de alguns e também por caracterizar que toda pessoa que entra para o meio político já está fadado a entrar na corrupção. Temos que mudar isso. Temos que reencantar essa juventude, homens e mulheres, para que gostem de estar nos ambientes políticos.

Não foi fácil tomarmos a decisão de aceitar entrar na concorrência de uma vaga no Poder Legislativo. São trinta anos de ministério e só aceitamos com esta missão: que o nosso mandato sirva como inspiração e oportunidade para que as pessoas se reencantem.

Outro dia, estávamos numa reunião da central de associações do Município de Mantenópolis e aqueles presidentes de associações criticavam os vereadores e falavam muito mal do presidente eleito daquela Casa. Dissemos para os presidentes de associações que concordávamos com S. S.^{as} naquilo que diziam, mas numa coisa S. Ex.^a foi melhor do que V. S.^{as} porque teve coragem de colocar o nome para ser candidato para a Casa naquele município. E S. Ex.^a só está Presidente porque foi eleito vereador.

Se V. S.^{as} entendem que os lugares políticos e os agentes políticos não estão correspondendo, então V. S.^{as} precisam ter coragem de colocar os nomes à disposição para serem avaliados.

Senhor Deputado Guerino Zanon, é uma luta quando chega à época das eleições, principalmente tendo que convencer as mulheres a se candidatarem.

Precisamos, com nosso testemunho, com nosso empenho, reencantar pessoas que estejam dispostas a colocar seus nomes como candidatas a vereador, vereadora, prefeito, prefeita, deputado, deputada, governador, governadora, presidente ou presidenta. Precisamos preparar essas pessoas.

Por isso, queremos aproveitar este momento e convidar os Senhores Deputados desta Casa e as lideranças para comparecerem no dia 28 de fevereiro de 2015. Faremos o lançamento de uma escola de formação política – já existem vinte e três municípios com adesão a esse projeto – para dar oportunidade de as pessoas terem consciência do voto e terem o desejo de serem candidatas e, ao mesmo tempo, de se prepararem para tal.

Entramos nesta Casa e tivemos a oportunidade de participar de um curso de dois dias. Se tivéssemos feito um curso de um ou dois anos, poderíamos colaborar muito mais com a reflexão e com tudo aquilo que a missão nos convoca a realizar.

A partir do dia 28 de fevereiro de 2015 inauguraremos essa escola. Gostaríamos de pedir a todos os Senhores Deputados que se colocassem à disposição para nos ajudar, indo à base para passar um dia com aqueles que quiserem aprender.

O Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos já teve a oportunidade de ser Vereador, Prefeito, Deputado e Presidente do Tribunal de Contas. Quanto conhecimento V. Ex.^a carrega dentro do seu currículo! O Senhor Deputado Freitas já teve vários mandatos, bem como os Senhores Deputados Da Vitória, Doutor Hércules, Guerino Zanon e o Pastor Marcos Mansur.

No Município de Mantenópolis, quando discutíamos sobre essa escola, os membros do conselho diziam que queriam que o Senhor Deputado Pastor Marcos Mansur fosse ao local para ajudá-los e também fazer a reflexão sobre os temas.

Entregamos a cada Senhor Deputado um convite e também o *folder* com a grade proposta para esse curso. Gostaríamos de pedir que se S. Ex.^{as} quiserem colaborar, digam o tema e a data que terão disponibilidade para ajudar o povo a querer ser mais participante neste espaço tão importante.

Muito obrigado pela oportunidade, Senhor Presidente, colegas Deputados e servidores desta Casa. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão. Antes, porém, convoco os Senhores Deputados para a próxima, ordinária, dia 11 de fevereiro de 2015, para a qual designo

EXPEDIENTE:

O que ocorrer.

ORDEM DO DIA: Trabalho das Comissões.

Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às dezessete horas e quarenta e oito minutos.